Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quarta-feira, 21 de agosto de 2024

EDIÇÃO 25.146

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Queda nos preços provoca crise na pecuária leiteira em Minas Gerais

% AGRONEGÓCIO Aumento nas importações do produto em pó e a tendência de queda nas cotações no mercado interno desestimulam a atividade, que trabalha com margens apertadas ou negativas de lucro

Apesar da alta média de 1,9% no preço de leite pago aos pecuaristas mineiros em julho, que foi de R$ 2,68 por litro, referente à captação de junho, a previsão do Conseleite-MG é de queda de 3,2% no próximo pagamento, previsto para este mês. O cenário é adverso, com aumento de importações de leite em pó e tendência de cotações menores no mercado interno. Com margens apertadas ou negativas de lucro, a atividade está desestimulada, o que reflete no recuo da produção e a saída de pecuaristas do setor leiteiro.

O preço estimado para agosto, de R$ 2,60 por litro, está aquém do necessário para que a atividade seja lucrativa. "O preço do leite vinha em uma crescente pelo período da entressafra, quando há uma menor produção no Sudeste e Centro-Oeste do País. Em junho, houve uma queda de 10% na produção comparada com a média do ano, o que ainda segurou um pouco os preços, mesmo com a alta das importações. Já para agosto, com a maior oferta no mercado, a tendência é de queda nos valores", aponta a analista de agronegócio do Sistema Faemg Senar, Mariana Simões.

No acumulado de dezembro de 2023 até julho, houve um reajuste de 40% no preço do leite para o pecuarista, porém, a alta não foi suficiente para cobrir os prejuízos acumulados desde o ano passado, quando a entrada sem precedentes do leite em pó importado impactou severamente a cotação do produto no País. % PÁG. 8

Diante de uma remuneração insuficiente para proporcionar lucro e dos prejuízos acumulados desde o ano passado, muitos pecuaristas de leite estão abandonando a atividade no Estado FOTO: DIVULGAÇÃO / JADIR BISON

Indústrias mineiras registram recuperação em julho

% PÁG. 4

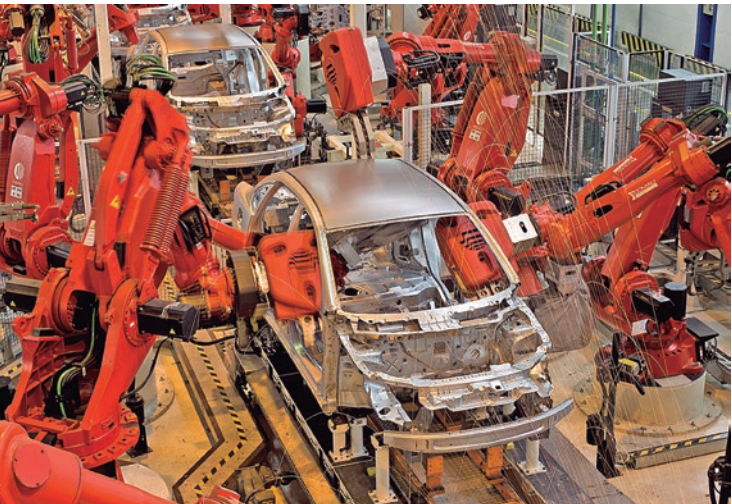
Mineração na Serra do Curral volta a ser suspensa

% PÁG. 6

Glamourização da gastronomia é enganosa

% PÁG. 9

Produção de veículos do polo da Stellantis em Betim bate o recorde em julho

A produção do polo automotivo da Stellantis em Betim, na RMBH, bateu o recorde em julho. Foram fabricados mais de 43 mil veículos, o maior volume registrado da planta desde a criação da empresa em 2021, após a fusão entre as montadoras Peugeot (Grupo PSA) e a Fiat Chrysler Automobiles (FCA). O desempenho foi puxado pela picape Fiat Strada, com mais de 15,7 mil unidades produzidas. % PÁG. 3

A produção da Stellantis em Betim superou a marca de 43 mil veículos no mês passado FOTO: DIVULGAÇÃO / BRUNO MAGALHÃES / NITRO

Realização da Stock Car injeta R$ 250 milhões na economia de Belo Horizonte

Realizada no último fim de semana, a Stock Car injetou R$ 250 milhões na economia de Belo Horizonte. O organizador da BH Stock Festival, Sérgio Sette Câmara, afirmou que, além da capital mineira, pelo menos dez cidades foram beneficiadas com o evento. Para o prefeito Fuad Noman, o festival transformou a cidade na "Mônaco brasileira", em referência ao famoso circuito europeu de rua. % PÁG. 5

Além da capital mineira, a Stock Car beneficiou pelo menos mais dez cidades FOTO: DIVULGAÇÃO / MARCELO MACHADO DE MELO / STOCK CAR

Pacaembu começa a implantar bairros planejados no Triângulo

Maior construtora de bairros planejados do Brasil, a Pacaembu inicia suas operações no Triângulo Mineiro. Além de abrir 772 unidades em Ituiutaba, a empresa já projeta para 2025 a entrada em Uberlândia, que contará com cerca de 1.500 unidades e pode se tornar um dos principais mercados do negócio. O projeto estima R$ 300 milhões em Valor Geral de Vendas (VGV) apenas na primeira fase. % PÁG. 11

A Pacaembu é considerada a maior construtora de bairros planejados do Brasil FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

% ARTIGOS

% EDITORIAL

Alcançar autossuficiência na produção de petróleo foi, para o Brasil, sonho durante muito tempo tido como delírio, algo bem próximo de muitas reações diante da possibilidade de extração em águas profundas, hoje fonte da maior parte dos 3 milhões de barris produzidos diariamente pela Petrobras. Este salto não bastou para assegurar ao País condições para prover todas as suas necessidades. Prossegue a dependência externa porque o País ainda não é capaz de processar, refinando, todo o óleo bruto consumido. Três refinarias foram privatizadas sob o argumento de que tal movimento favoreceria a concorrência, com ganhos para o consumidor. Não foi o que aconteceu, sendo bastante lembrar que nenhuma das três opera a plena carga. % PÁG. 2

BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 20

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,4840	R$ 5,4850
TURISMO	R$ 5,5130	R$ 5,6930
PTAX (BC)	R$ 5,4541	R$ 5,4547

EURO DIA 20

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 6,0568	R$ 6,0585

OURO DIA 20

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.513,93
BM&F (g) R$ 439,84

TR dia 21	0,0708%
POUPANÇA dia 21	0,5712%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

12/08	13/08	14/08	19/08	20/08
+0,38	+0,98	+0,69	+1,36	+0,23

BANCO MERCANTIL

OPINIÃO

Sistemas antifraude nas instituições

Denis Furtado
Engenheiro de sistemas e diretor da SmartSolutions

O mercado de cartões de crédito está em franca expansão, impulsionado pela crescente preferência dos consumidores por pagamentos digitais. Com um crescimento projetado de 6,46% ao ano até 2029, o setor deve alcançar um valor de mercado superior a US$ 20 trilhões, de acordo com a ResearchAnd Markets.com.

Contudo, apesar dessa crescente popularidade e uso, os emissores de cartão enfrentam desafios significativos com os sistemas antifraude tradicionais. Embora sejam projetados para proteger contra atividades fraudulentas, muitas vezes operam de maneira inflexível e excessivamente restritiva, porque muitas vezes não têm recursos ou capacidade para acompanhar o comportamento em tempo real.

Um dos principais problemas é a rigidez desses sistemas, que frequentemente acabam prejudicando consumidores de boa fé. Situações como atingir o limite de crédito, a 'virada do mês' ou a realização de compras fora dos padrões habituais podem resultar na recusa automática de transações. Isso pode ocorrer mesmo quando o consumidor possui um bom score de crédito e um relacionamento saudável com a instituição.

Essa rigidez não apenas frustra quem compra, mas também cria uma imagem negativa. A incapacidade de autorizar uma compra legítima pode levar ao questionamento da confiabilidade do serviço, com o cliente optando por outras instituições financeiras que oferecem mais flexibilidade. Portanto, não tem saída. Os sistemas antifraude precisam evoluir seus métodos e processos de análise.

Um sistema eficaz deve ser capaz de distinguir entre uma possível fraude e um comportamento legítimo, independente do limite de crédito disponível. Por exemplo, se um cliente com um bom histórico e relacionamento sólido realiza uma compra fora do padrão habitual, o sistema deve ser capaz de avaliar em tempo real um cenário mais amplo, o que inclui a consideração de fatores como o local da compra, habitualidade e o histórico de compras anteriores.

Dessa maneira, utilizar análises avançadas equipadas com Inteligência Artificial e machine learning para analisar padrões de compra e comportamentos de pagamento em tempo real pode ajudar a diferenciar entre atividades fraudulentas e compras legítimas que fogem do padrão usual em um cenário razoável.

À medida que os gastos dos consumidores aumentam e se mantêm elevados, é fundamental que as equipes de risco revisem regularmente os limites de crédito oferecidos. Essa prática não só melhora a experiência do cliente reduzindo a frustração, como também contribui para um relacionamento mais confiável.

Quantas compras os emissores podem estar perdendo ao utilizar soluções datadas? Investir em sistemas mais flexíveis e inteligentes é essencial para proteger contra fraudes sem comprometer a satisfação do cliente!

A capacidade de adaptar-se rapidamente e oferecer uma experiência positiva será um diferencial competitivo essencial para os emissores de cartão no mercado global em expansão.

O futuro energético do Brasil

Carlos Logulo
Organizador do Oil & Gas Summit

O futuro energético do Brasil passa, necessariamente, pela compreensão da importância da Margem Equatorial e do seu potencial para a exploração petrolífera nacional. Com uma área de aproximadamente 500 mil km², esta faixa territorial abrange desde o Rio Grande do Norte até o Amapá, com uma estimativa de abrigar cerca de 16 bilhões de barris de petróleo recuperáveis. Trata-se de uma das últimas fronteiras exploratórias de petróleo e gás natural do País, cuja extração pode aumentar a produção nacional de petróleo, diminuir a dependência de importações e impulsionar significativamente a economia do País.

Também conhecida por Bacia Equatorial, a Margem Equatorial tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento social e tecnológico das regiões costeiras beneficiadas. Afinal, a exploração petrolífera gera royalties e outros tributos para as esferas governamentais, que podem ser investidos em infraestrutura, educação, saúde e outros serviços públicos. Além disso, entre outros benefícios, a atividade exploratória petrolífera demanda mão de obra local em diversas áreas, como construção civil, logística, serviços especializados e atividades técnicas de apoio. Isso impulsiona o mercado de trabalho, gerando renda e oportunidades para muitos segmentos. Outro aspecto é que a exploração de petróleo atrai investimentos em infraestrutura, como portos, aeroportos, estradas e redes de comunicação, ampliando os ganhos para toda a população.

Levantamentos recentes feitos por companhias europeias apontam que investir na exploração de petróleo da Margem Equatorial apresenta um potencial concreto. Os primeiros estudos foram realizados na bacia da Foz do Amazonas e no Amapá, além da bacia Potiguar. Em todos os locais sondados foram encontrados indícios de petróleo. Neste ano, a Petrobras anunciou ter descoberto grandes reservas de petróleo no poço exploratório Anhangá, na divisa entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Alguns países vizinhos já estão se beneficiando das reservas minerais da Margem Equatorial. São os casos da Guiana, que há cerca de uma década já incorporou 11 bilhões de barris em reservas. O Suriname encontrou cerca de 4 bilhões de barris. Se forem somados, esses montantes ultrapassam as reservas provadas brasileiras, de 14,8 bilhões de barris (ANP, 2023). Por isso, o Brasil não pode perder a oportunidade de investir na Margem Equatorial. Especialmente porque, com os projetos petrolíferos em implantação atualmente no Brasil, a produção nacional vai entrar em declínio a partir de 2032 e o país pode voltar a ser importador líquido de petróleo na década de 2040.

É importante ressaltar que a exploração de petróleo na Margem Equatorial deve ser feita de forma sustentável e responsável, com medidas que minimizem os impactos ambientais, pois a preservação da rica biodiversidade marinha e o respeito às comunidades tradicionais da região devem estar entre as prioridades.

O importante é que, ao investir em diversificação econômica, qualificação profissional, programas sociais e na preservação ambiental, a exploração de petróleo na Margem Equatorial tem o potencial de gerar um desenvolvimento duradouro e benéfico para as regiões costeiras brasileiras.

EDITORIAL

Mentiras têm pernas curtas

Alcançar autossuficiência na produção de petróleo foi, para o Brasil, sonho durante muito tempo tido como delírio, algo bem próximo, cabe recordar, de muitas reações diante da possibilidade de extração em águas profundas, hoje fonte da maior parte dos 3 milhões de barris produzidos diariamente pela Petrobras. Este salto, feito que veio também confirmar a presença marcante da empresa na indústria global de petróleo, ainda assim não bastou para assegurar ao País condições para prover todas as suas necessidades no que toca ao suprimento de combustíveis fósseis. Prossegue a dependência externa porque o País ainda não é capaz de processar, refinando, todo o óleo bruto consumido nos transportes e em atividades industriais.

Foi um erro estratégico de altíssimo custo, inclusive por conta da imposição, igualmente equivocada e em parte já superada, da paridade de preços nos mercados interno e externo. Há que mudar, há que redirecionar investimentos da Petrobras, concentrados em prospecção e extração, para a área de refino, com modernização e expansão das unidades existentes, como a Refinaria Gabriel Passos em Betim, além da construção de novas refinarias.

Em resumo, exatamente o oposto do que vinha sendo feito, especialmente no que toca ao programa de privatização, cujos resultados desnudam os erros cometidos.

São fatos e não conclusões ditadas por quaisquer tipo de viés. Em passado ainda recente, três refinarias foram privatizadas sob o argumento de que tal movimento favoreceria a concorrência, com ganhos para o consumidor. Não foi o que aconteceu, sendo bastante lembrar que nenhuma das três opera a plena carga. A maior delas, Mataripe, na Bahia, chegou a operar à metade de sua capacidade e praticando preços, em média, 8% maiores que os da Petrobras. Para o gás de cozinha, crítico para a população de baixa renda, os preços são até 40% maiores. As outras duas unidades, localizadas em Manaus e no Rio Grande do Norte, não refinam um único barril de petróleo. A unidade de Manaus, vendida no final de 2022, hoje funciona apenas para tancagem, enquanto a refinaria do Rio Grande do Norte, vendida em meados de 2023, está parada.

São fatos que não deveriam ser encobertos pela indiferença, muito menos pelo esquecimento. Caberia, sim, investigar como e porque o País foi prejudicado, no elementar exercício de identificar quem ganhou e quem perdeu, e assim cobrar de quem defendeu e patrocinou decisões equivocadas à conta dos prejuízos pelos quais todos os brasileiros estão pagando. Ou, simplesmente, lembrando que a mentira tem pernas curtas.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Stellantis tem recorde de produção em Betim

SETOR AUTOMOTIVO Foram fabricados 43 mil veículos no complexo industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte

THYAGO HENRIQUE

O polo automotivo da Stellantis em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), bateu recorde na produção de veículos no mês de julho. No período, foram fabricados mais de 43 mil automóveis no local, o maior volume da planta desde a criação da empresa em 2021, após a fusão entre as montadoras Peugeot (Grupo PSA) e a Fiat Chrysler Automobiles (FCA).

Um dos principais modelos responsáveis pelo desempenho foi a picape Fiat Strada, que também alcançou um volume histórico, com mais de 15,7 mil unidades produzidas. Na unidade mineira, que completou, recentemente, 48 anos de história, ocorre ainda a fabricação do Argo, Mobi, Fiat Pulse e o Fastback, além do SUV Coupé da Fiat, a Fiat Fiorino e o Peugeot PartnerRapid.

"(...) a fábrica mineira é uma das maiores plantas da Stellantis no mundo, possuindo total autonomia tecnológica"

Emanuele Capellano

Para o presidente da Stellantis para a América do Sul, Emanuele Cappellano, os números de julho reforçam a importância estratégica do complexo de Betim para o Brasil e para o grupo.

"Além de ser uma das principais referências tecnológicas do mercado brasileiro, a fábrica mineira é uma das maiores plantas da Stellantis no mundo, possuindo total autonomia tecnológica na América do Sul", destaca o executivo. "Isso significa que, além de atingir recordes de produção, a planta conta com áreas estratégicas capazes de gerenciar todas as fases de desenvolvimento de novos modelos, com grande nível de qualidade e excelência", complementa.

Para o restante do ano, a montadora está otimista. Em nota enviada ao Diário do Comércio, a empresa disse que a expectativa é manter este patamar de produção nos próximos meses.

Investimentos - Para fortalecer ainda mais o polo automotivo de Betim, a Stellantis anunciou, recentemente, que investirá R$ 14 bilhões no local entre 2025 e 2030, o maior investimento da história do complexo. Sem dar muitos detalhes, Cappellano disse à imprensa na ocasião do anúncio que o aporte será realizado para introduzir novas tecnologias, produtos e motores na fábrica mineira.

A inversão programada para a unidade faz parte dos R$ 32 bilhões que o grupo vai investir na América do Sul. O valor servirá para impulsionar, justamente, o lançamento de 40 novos produtos e oito *powertrains* (sistema de tração elétrica do veículo) e apoiar o desenvolvimento de tecnologias *bio-hybrid* (com motor híbrido flex), inovações para a descarbonização da cadeia de suprimentos automotivos e a criação de novas oportunidades estratégicas de negócios.

Antes deste ciclo de investimentos, a Stellantis investirá, ainda neste ano, R$ 454 milhões para expandir a linha de motores produzidos no complexo da Grande BH. No local, serão fabricados motores flex de alta eficiência e baixas emissões de carbono, apoiando os futuros lançamentos da montadora na região, incluindo produtos equipados com *bio-hybrid* – os primeiros modelos com essa tecnologia estão confirmados para chegar ao mercado neste semestre, conforme o grupo.

A companhia também estima que, em breve, a nova fábrica de motores entre em operação. A previsão é que o projeto gere cerca de 600 postos de trabalho diretos e aumente o volume de produção de motores no polo de Betim de 200 mil unidades por ano para 1,1 milhão.

Recorde - No sétimo mês do ano, a Stellantis ainda ampliou a liderança no mercado de automóveis e veículos comerciais leves no Brasil, Argentina e América do Sul. O grupo encerrou julho com 24.1% de participação nas vendas da região, o melhor desde dezembro de 2023. No período, ocorreram 86,7 mil emplacamentos, um aumento de 16 mil unidades em relação a junho.

No Brasil, a empresa também garantiu o primeiro lugar ao emplacar 71,2 mil automóveis em julho, 14 mil a mais em comparação às vendas do mês anterior. O *market share* foi de 31,2%.

Polo Automotivo de Betim receberá investimentos de R$ 14 bilhões entre 2025 e 2030 FOTO: LÉO LARA / STELLANTIS

CONSTRUÇÃO

MRV anuncia projeto de R$ 600 mi em MG

DIONE AS

A construtora MRV planeja entregar cerca de 4 mil novos apartamentos em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A empresa direcionou um investimento de R$ 600 milhões para a construção de novos empreendimentos na cidade. Ao todo, serão oito novos condomínios que formarão a Cidade Sete Sóis Betim, um complexo residencial com quase 643 mil m² de área.

Trata-se de uma "Smartcidade", projeto da MRV que tem como premissa oferecer um bairro inteligente, que integra moradia, conveniência completa, lazer e natureza em localização com fácil acesso. É que o complexo será erguido a poucos metros da Rodovia Fernão Dias (BR-381) e da avenida Amazonas, principais vias de acesso para outras regiões de Betim, para Belo Horizonte e também de outras cidades do Estado.

Segundo a companhia, o projeto se inicia com um primeiro empreendimento já em fase de lançamento. É o condomínio Cachoeira dos Sinos, com 480 unidades vinculadas ao programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Entretanto, os demais empreendimentos podem levar mais tempo para serem finalizados: "Os próximos condomínios serão apresentados ao mercado ao longo de 10 anos aproximadamente", diz o diretor Comercial da MRV&CO, Thiago Ely.

"A escolha de Betim para receber a primeira Smartcidade MRV em Minas Gerais se dá por ser este o município que mais cresce na RMBH, sendo a sexta maior cidade do Estado em número populacional, segundo o último Censo", completa.

Segundo Ely, o conceito Sete Sóis já foi lançado em várias cidades brasileiras como São Paulo (SP), Campinas (SP) e Rio de Janeiro (RJ), além de Salvador (BA) que se destaca entre os mais recentes empreendimentos assinados pela MRV na região Nordeste.

"Serão condomínios com torres com unidades em maioria de dois quartos, opções com varanda, e o lazer vai variar de acordo com o modelo de empreendimento ou condomínio", explica Ely.

O complexo residencial levará em consideração sete pilares que foram referências para a criação da identidade do Sete Sóis Betim. São eles:Viva Verde (sustentabilidade); Segurança;Desenvolvimento Urbano; Mobilidade e acessibilidade; Comodidades; Boa Vizinhança; e Tecnologia.

Dos quase 643 mil m² de área do complexo residencial, 200 mil m² serão de área verde, o equivalente a 32% do espaço total do terreno.

A previsão, segundo a empresa, é que o Sete Sóis Betim gere cerca de R$ 1 bilhão de valor geral de vendas (VGV) e 1.350 mil vagas de emprego diretas e indiretas para a população da cidade e região.

CAMINHOS SUSTENTÁVEIS

PAULO GUERRA

Diretor de programas FDC Gestão Pública

Dados abertos podem acelerar os ODS

Qualquer dado disponibilizado em ambiente de acesso público é um dado público. Porém há, dentro deste grupo, uma subcategoria a que chamamos de dados abertos. Essa categoria exige que, além de ser disponibilizado publicamente, os dados sejam apresentados em um formato que privilegie a interoperabilidade, sejam tempestivos, de acesso e uso livres, permitam modificações e compartilhamentos e não possuam direitos de propriedade. Essas características são importantes, pois definirão a capacidade de os dados abertos serem aceleradores do desenvolvimento.

A hipótese que levantamos nesse artigo é que os dados abertos poderiam ser utilizados para melhorar todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nos ODS 1, 2, 5 e 10, dados abertos a respeito da insegurança alimentar, pobreza multidimensional e capacidade produtiva das famílias poderiam ser trabalhados em diversas perspectivas temporais, geográficas, sociais e econômicas, com grande potencial para balizarem melhorias nas atuais políticas públicas de igualdade de gênero, assistência e desenvolvimento social, aproveitamento de recursos alimentares, etc.

Nos ODS 3 e 4, os dados abertos e anonimizados poderiam auxiliar nas pesquisas de identificação de diagnóstico de doenças ou para melhoria do aprendizado nas escolas. Poderíamos, por exemplo, saber quais temáticas foram mais erradas por alunos de uma mesma escola no Ideb ou no Enem, e isso poderia nos ajudar a aprimorar os sistemas de educação naquelas temáticas. Ou poderíamos identificar rapidamente as doenças que estão se tornando mais frequentes em um determinado território para, a partir delas, tomar providências ou estabelecer planos.

Nos ODS 6, 13, 14 e 15, a utilização de informações de georreferenciamento dos cursos de água permitiria que modelos de Internet das Coisas baseados em Inteligência Artificial pudessem consumir os dados e uni-los a outros como, por exemplo, os de estações meteorológicas, para assim poder criar sistemas de prevenção a enchentes, monitoramento da qualidade da água, homogeneização do ciclo de águas durante o ano ou para indicar o assoreamento dos rios.

Nos ODS 8 e 9, que tratam sobre trabalho, indústria, inovação e infraestrutura, dados abertos poderiam indicar os setores econômicos com maior deficiência de mão de obra e que, portanto, estão com o seu crescimento limitado. Isso poderia orientar melhor os projetos de qualificação profissional. Os dados abertos ainda poderiam ser utilizados para melhoria da eficiência da administração pública, que tem efeito transversal em todos os ODS, pois permitiria que mais recursos estivessem disponíveis para geração de valor para sociedade.

Há, como se vê, importantes indícios de que o alcance dos ODS depende, em grande parte, da capacidade e do apetite dos governos disponibilizarem dados abertos.

Produção industrial volta a crescer em Minas Gerais

FIEMG Resultado de julho foi impulsionado por maior número de dias no mês, além da utilização crescente da capacidade instalada; avanço acontece após dois meses de queda do setor

LEONARDO MORAIS

A produção industrial em Minas Gerais voltou a avançar em julho após dois meses de queda. O resultado foi impulsionado pelo maior número de dias úteis no mês, além da utilização crescente da capacidade industrial instalada em relação à usual, que atingiu o maior patamar em 23 meses. Os dados são da pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta terça-feira (20) pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Segundo a economista da Fiemg, Daniela Muniz, os resultados positivos alavancam investimentos e demonstram otimismo dos empresários do setor. "O índice de julho ficou em 54,9 pontos e, quando está acima de 50 pontos, indica um aumento da produção. Em junho, foram 48,6 pontos, ou seja, houve um crescimento de 6,3 pontos em relação ao mês anterior", pontua.

Mesmo cenário acontece quando trata-se do número de empregados e haverá avanço da geração de empregos nos próximos meses FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Ao analisar os estoques de produtos finais, a economista destaca que houve uma retração menos acentuada em comparação com junho. "Os estoques diminuíram em julho, porém em menor intensidade em relação ao mês anterior e, dessa forma, as empresas estocaram produtos acima do planejado em julho. Esse acúmulo de estoques significa que os empresários acharam que iriam vender mais", ressalta Daniela Muniz.

Com relação à demanda, a expectativa para agosto se mantém positiva pelo 50º mês consecutivo e mostra que os empresários mineiros projetam avanços nos próximos seis meses. "Em comparação com o mês anterior, no entanto, houve recuo, o que indica que os setores mantêm o otimismo, embora em menor intensidade", frisa a economista.

Outros segmentos registraram ligeira retração na expectativa para agosto em comparação com o mês de julho. Para a compra de matérias-primas, a expectativa se mantém positiva pela 20ª vez seguida, apesar de apresentar redução para a aquisição em comparação com o mês anterior.

O mesmo cenário é mostrado quando se trata do número de empregados. A análise também indica que haverá avanço na geração de empregos para os próximos meses, porém com redução na expectativa na comparação com o último levantamento.

"Em síntese, apesar das oscilações, a produção industrial em Minas Gerais está aquecida e não dá sinais de redução para os próximos meses. As intenções de investimentos pelos empresários também corroboram para esse cenário, com o maior valor registrado em seis meses", destaca a economista.

> **"Em síntese, apesar das oscilações, a produção industrial em Minas Gerais está aquecida e não dá sinais de redução para os próximos meses"**
> Daniela Muniz

Instabilidade econômica ainda preocupa

A pretensão por investir no Estado vai de encontro ao ritmo da atividade econômica doméstica, como o consumo das famílias, que vem apresentando resultados acima das expectativas. "Isso se dá em função do crescimento da renda e um mercado de trabalho aquecido, além da facilitação do crédito para as famílias", argumenta Daniela Muniz.

Apesar dos dados favoráveis, a economista destaca que ainda existe uma cautela por parte do empresariado. Segundo Daniela Muniz, os brasileiros ainda convivem com um risco relevante em relação à estabilidade econômica e o equilíbrio das contas fiscais.

Outro ponto destacado é que o aumento de gastos no País ainda não foi suprido pelo aumento de receita, graças a um déficit expressivo acumulado pelo setor público brasileiro nos últimos meses, o que colabora com a depreciação da moeda nacional. "O grande desafio é conseguir apoio político para contingenciamento de gastos para conter a inflação e depreciação cambial", conclui a economista. **(LM)**

GOVERNO FEDERAL

Ceasa Minas é excluída de programa de privatização

O governo federal excluiu a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), o maior entreposto de alimentos da América do Sul, do Programa Nacional de Desestatização (PND). As companhias também foram retiradas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e a decisão do governo federal foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

A Ceagesp havia sido inserida no PND e qualificada para o PPI pelo governo federal em 2019, no governo de Jair Bolsonaro. Com relação à Ceasa Minas, a empresa havia sido incorporada no PND em 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Em 2023, o governo Lula já havia retirado do PND a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); a Empresa Brasil de Comunicação (EBC); a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF); e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec).

Foram retiradas do PPI, também em 2023, os armazéns e imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA); e a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras). **(Com informações da ABr)**

Entreposto mineiro, localizado em Contagem, também foi retirado do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) FOTO: DIVULGAÇÃO / CEASA MINAS

PARCERIA

Caramuru Alimentos e Biocen vão produzir etanol de milho

São Paulo - A Caramuru Alimentos e a Biocen (Bioenergia Celeiro do Norte) anunciaram ontem (20) uma parceria estratégica para investir inicialmente R$ 1,1 bilhão na construção de uma usina de etanol de milho em Nova Ubiratã (MT), com capacidade de produzir 261 milhões de litros por ano.

Segundo comunicado conjunto da Caramuru e da Biocen, empresa formada por produtores de grãos de Mato Grosso, a unidade terá capacidade inicial de processamento de 605 mil toneladas de milho por ano, com o início das operações previsto para o final do primeiro semestre de 2026.

A Caramuru, que deterá o controle do empreendimento com fatia de 51%, expande a sua atuação para o etanol de milho, setor que tem ampliado a produção nos últimos anos. A companhia já é uma das maiores processadoras de soja e milho, para a produção de farelos e óleos, entre outros, além de ter também atuação em biodiesel.

A usina produzirá ainda 12 mil toneladas ao ano de óleo de milho e 175 mil toneladas anualmente de farelo seco (DDGS), utilizado na formulação de ração animal. "Esta iniciativa fortalece o nosso portfólio e a nossa atuação na produção de etanol, reforçando a nossa vocação industrial no processamento de grãos", disse o diretor-presidente da Caramuru, Júlio Costa, em nota.

Os produtores acionistas da Biocen, que terá 49% do capital social total da parceria na usina de etanol, possuem mais de 130 mil hectares destinados à produção de milho, com perspectivas de participarem do fornecimento de milho para a unidade industrial.

A escolha da localização é estratégica pelo fato de o Mato Grosso ser o principal produtor de milho do Brasil, além de ter maior rebanho bovino do Brasil e grande plantel de suínos e aves, que demandam o farelo, coproduto do etanol de milho, combustível cuja oferta tem crescido fortemente no país.

"Essa parceria proporciona uma diversificação de negócios, amplia e fortalece o posicionamento dos nossos acionistas na produção de grãos no Mato Grosso", afirmou o presidente da Biocen, Gilberto Peruzi.

A Biocen é composta por 28 grupos familiares oriundos da Cooperativa Agropecuária e Industrial Celeiro do Norte (Coacen), uma das maiores cooperativas do País e a maior do Mato Grosso. O grupo conta com fazendas localizadas próximas à futura planta de etanol de milho com uma área de mais de 500 mil hectares, considerando também culturas de soja, feijão, algodão e pecuária, de acordo com comunicado.

Na safra 2023/2024, a Biocen obteve uma produção somada de mais de 1,8 milhão de toneladas de milho e um faturamento de 4,6 bilhões de reais.

"O grupo destaca-se pelas altas produtividades (acima das médias regionais), investimentos intensivos em infraestrutura, cultivo e tecnologia, contando com mais de 30 anos de experiência e histórico no cultivo na região Centro-Oeste", segundo o comunicado.

Os assessores da transação foram o Mattos Filho pela Caramuru, e o ABC Brasil e o RGSH Advogados pela Biocen. **(Reuters)**

Stock Car movimentou R$ 250 milhões em BH

EVENTO ESPORTIVO Circuito de corrida no Mineirão impactou também outras cidades da região, avaliam organizadores

JULIANA SODRÉ

Uma contribuição de R$ 250 milhões para a economia de Belo Horizonte. Este é o principal saldo que a Stock Car trouxe para a cidade, na avaliação dos organizadores do evento e do prefeito da Capital, Fuad Norman.

"Estou muito feliz. Espero que a gente resolva os pequenos problemas que ocorreram e que, no ano que vem, possam já estar resolvidos", comentou o prefeito em coletiva realizada ontem, na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH).

Na avaliação de Noman, o festival fez da capital mineira a "Mônaco brasileira", em referência à cidade-estado conhecida pelas corridas de ruas e o famoso circuito automobilístico.

Desde o início dos preparativos para a corrida, com o corte de árvores no entorno do Mineirão, a UFMG e a organização do evento travam um embate sobre a realização da Stock Car na cidade, que teve o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Na segunda-feira (19), um dia após o fim da corrida, a universidade fez um levantamento dos impactos e prejuízos gerados, estimados em R$ 1 milhão.

Na coletiva de ontem, o prefeito avaliou que a relação com a UFMG foi o ponto que mais incomodou no processo de preparação para o evento.

Pesquisa de satisfação apresentada pelos organizadores mostrou uma boa avaliação do evento por parte do público presente FOTO: RODRIGO GUIMARÃES / LUBRAX

"Não vi nenhum grande problema. Tudo funcionou, mas sempre há melhorias a se fazer. Eu acho que agora é o momento de estudar e fazer a relação do que pode ser melhorado. E precisamos ter uma conversa adequada com a universidade, porque eu acho que o mesmo interesse que a UFMG tem, nós temos", pontuou o prefeito.

Pesquisa - O organizador da BH Stock Festival, Sérgio Sette Câmara, apresentou os dados do legado que o festival deixou para a cidade e comentou que não só a capital mineira, mas cerca de dez cidades "ou até mais", foram beneficiadas com o evento. "Um benefício que se estendeu para além da Capital", comentou.

De acordo com dados da pesquisa de satisfação realizada com o público pela empresa Wblio, contratada pela organização do evento, durante os quatro dias de corrida (15 a 18 de agosto), a nota média dada pelo público foi de 8 em uma escala de 0 a 10. A pesquisa avaliou estrutura, alimentação, bebida, visibilidade, preços, acessos e banheiros.

"As pessoas tiveram uma receptividade muito positiva, o que reverte em um impacto positivo também. A cada evento estamos aprendendo ainda mais. Nós buscamos o tempo todo essa movimentação na cidade, que gera emprego e movimenta a economia", avalia o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva.

"Tudo funcionou, mas sempre há melhorias a se fazer. Eu acho que agora é o momento de estudar e fazer a relação do que pode ser melhorado"
Fuad Noman

SETOR ELÉTRICO

Estado avalia transformar a Cemig em uma *corporation*

São Paulo - O governo de Minas Gerais avalia transformar a Cemig em uma *corporation* (empresa sem controlador definido) antes de um eventual processo de federalização da companhia, no âmbito da renegociação de dívidas do Estado com a União, disse ontem o secretário de Estado Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio.

Em reunião anual com investidores e analistas da Cemig, Passalio afirmou que o processo, se conduzido dessa forma, permitiria manter uma gestão mais eficiente da Cemig e, ao mesmo tempo, repassar à União ações de uma empresa mais valorizada.

"Uma outra opção que está sendo aventada, e que a gente vê com muito bons olhos, é a transformação da Cemig em uma *corporation*", disse o secretário.

"Vamos colocar em um cenário hipotético, se nós fizéssemos a federalização depois de ela ser uma corporation. Todo o discurso que fiz aqui, de manter uma gestão mais técnica, ele será assegurado, uma vez que no controle difuso da corporation a gente passa a ter a União detendo as ações -- acredito que até mais valorizadas --, a gente faz um abatimento até maior da dívida, e a Cemig continua dando esse 'show'", explicou.

A transformação em corporation foi o caminho realizado pela Eletrobras em seu processo de privatização em 2022, pelo qual a União deixou de ser controladora por meio de uma oferta de ações em bolsa que diluiu sua participação na companhia.

O secretário de Minas Gerais afirmou ainda que o Estado vê com bons olhos a federalização da Cemig, mas lembrou que, mesmo se confirmado, o processo ainda teria um longo caminho para percorrer. A federalização, assim como a transformação em *corporation*, exigiriam aprovação do legislativo estadual.

"A gente vê com bons olhos, no sentido de que existe uma dívida muito grande... O governador sempre dá o exemplo de que o Estado não pode ser o vizinho endividado com 5 BMWs na garagem, temos que ser responsáveis com as contas públicas".

Passalio ponderou, porém, que atuais direitos de *tagalong* dos demais acionistas da Cemig poderiam desestimular o governo federal a assumir o controle da Cemig, uma vez que isso implicaria o pagamento pela União de valores elevados nesse processo.

"A gente não tem ainda essa página dois sendo construída, a federalização depende muito disso, dos *valuations* que serão feitos, se chegar nessa etapa".

Ainda no evento, o presidente do conselho de administração da Cemig, Márcio Luiz Simões Utsch, defendeu que o governo mineiro deveria "ir atrás" da ideia de privatização da companhia de energia, um movimento que ele considera importante para destravar valor para a empresa.

"Ele (Romeu Zema, governador de Minas) já falou isso várias vezes, e nós que estamos na Cemig concordamos com ele, se não concordássemos não estaríamos lá... Se não quero (privatizar) e estou lá, o que estou fazendo? Estou perdendo meu tempo. Nós queremos também, achamos que é uma boa saída", disse o executivo.

"É um ponto importante para quem investe na Cemig saber que há realmente essa visão de longo prazo, a gente tem que ir atrás dessa ideia (de privatização), porque é realmente importante e pode ainda destravar mais valor para a companhia", acrescentou. **(Reuters)**

Investimentos da estatal somam R$ 49,2 bilhões

Os investimentos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) somam R$ 49,2 bilhões em dez anos (2019-2028). A informação foi revelada, ontem, durante encontro com investidores em São Paulo.

Esses recursos estão sendo aplicados majoritariamente em Minas Gerais, sendo que, do total de investimentos previstos, R$ 33,2 bilhões serão investidos na concessão de distribuição, que atende 774 municípios mineiros. Até o ano passado, já foram investidos R$ 13,6 bilhões e, somente no primeiro semestre de 2024, foram destinados mais de R$ 2,4 bilhões na melhoria das instalações no Estado.

O 29º Encontro com Investidores – Cemig Day, reuniu toda a direção da empresa e representantes de instituições financeiras, grandes investidores e seus representantes interessados em acompanhar informações relevantes sobre a atuação da companhia e seus planos para o futuro.

"A Cemig ficou muito tempo investindo em empreendimentos em outros estados e abandonou os investimentos na concessão de distribuição em Minas Gerais, que estavam abaixo da depreciação dos ativos. Dentro da nova estratégia, estamos concentrando todos os nossos investimentos no que conhecemos e em Minas Gerais, com mais eficiência. Dessa forma, estamos nos enquadrando nos parâmetros regulatórios de eficiência operacional, com retorno integral da rentabilidade da concessão", destacou o presidente da companhia, Reynaldo Passanezi Filho.

O presidente do Conselho de Administração, Márcio Utsch, ressaltou que, "graças ao planejamento estratégico voltado para aumentar a eficiência e concentrar os investimentos naquilo que a empresa é eficiente e gera resultados, a Cemig apresentou um crescimento no valor de mercado, passando de R$ 10 bilhões, em agosto de 2018, para R$ 36 bilhões no fechamento do mercado no último dia 16 de agosto, com valorização das ações e pagamento significativo de dividendos".

Distribuição - No período de 2019 a 2026, a Cemig planeja construir mais de 200 subestações, ou seja, metade do número de instalações implantadas em mais de 65 anos de história da empresa, com a disponibilização de 16.000 MVA (megavolt-amperes) de carga para os clientes, um aumento de 60% em relação a 2018. Neste mês de agosto foi entregue a estação de número 110 dentro do projeto.

Neste mesmo ciclo de investimentos em distribuição, também serão instalados 1,78 milhão de medidores inteligentes, que permitem a leitura e a ligação remota das instalações dos clientes e realizadas a inspeção e a manutenção preventiva em toda a rede da empresa.

"Para realizar essas obras nesse prazo, tivemos de investir e desenvolver novas tecnologias, como, por exemplo, subestações compactas, que vão permitir redução das distâncias da alimentação com melhor qualidade e maior disponibilização de carga para os clientes", destacou o vice-presidente de Distribuição, Marney Tadeu Antunes. Com isso, a Cemig já vem apresentando uma redução da duração média de interrupções dos clientes, abaixo das exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **(Com informações da Agência Minas)**

Justiça suspende atividade de mineradora

SERRA DO CURRAL Decisão atende a uma Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) contra a Empabra e a Taquaril de Terrenos e Construções

MARCO AURÉLIO NEVES

Mais uma vez, a Justiça mineira determinou a suspensão imediata de todas as atividades relacionadas à lavra de minério de ferro e ao transporte e escoamento de materiais depositados e/ou extraídos na Mina Granja Corumi, na Serra do Curral, operada pela Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra).

A decisão, da 9ª Vara Cível de Belo Horizonte, suspende inclusive o tráfego de caminhões de carregamento de fino de minério. Ela atende a uma Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) contra a Empabra e a Taquaril de Terrenos e Construções.

As operações da Mineração Pau Branco na Serra do Curral haviam sido retomadas no final do mês passado, após decisão liminar favorável da 11ª Vara Cível de Belo Horizonte, assinada pelo juiz substituto Robson de Magalhães Pereira. Antes disso, ainda no mesmo mês, a retirada de minério do local havia sido interditada após recurso movido pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) no Judiciário.

Em até 30 dias, a Mineração Pau Branco deverá contratar auditoria técnica independente para acompanhar recuperação de áreas FOTO: DIVULGACAO / PBH

> "Além da suspensão, o juiz determinou a elaboração do Plano de Fechamento de Mina em até 30 dias"

A Empabra havia solicitado a retomada das operações para continuar com as implementações de medidas emergenciais acordadas entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam).

Na decisão desta semana, a Justiça rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Empabra, "vislumbrando o descumprimento dos compromissos assumidos anteriormente e visando à implementação de medidas necessárias à satisfação das obrigações, tendo como objetivo a recuperação ambiental."

Além da suspensão, o juiz determinou a elaboração do Plano de Fechamento de Mina em até 30 dias. O projeto deve contemplar cronograma executivo e plano para recuperação de todas as áreas degradadas e alteradas do local, bem como definição do uso futuro da área recuperada.

Também em até 30 dias, a Mineração Pau Branco deverá contratar auditoria técnica independente para acompanhar as medidas de recuperação das áreas degradadas e garantia de segurança das estruturas do local.

A reportagem entrou em contato com a mineradora e, até a última atualização deste texto, não havia obtido retorno.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

PRONTOCOR S/A - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
CNPJ 16.866.261/0001-29 | NIRE 31300010619.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam pelo presente edital convocados todos os acionistas, atendendo a convocação desta Diretoria, na forma dos Estatutos e da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em 30/08/2024, às 13h00, à sede da Companhia e de forma virtual (https://meet.google.com/bvq-zvsi-mht)(1) para a seguinte pauta do dia: Eleição da Diretoria para o mandato 24-26. (1) qualquer acionista poderá requerer aos Diretores formas alternativas de participação em até 2 dias úteis da realização do ato. Belo Horizonte, 19 de agosto de 2024. PRONTOCOR S/A – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

A **São Manoel Industria de Calçados Ltda**, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 31.00388119/2024-34, a Licença de Operação Corretiva Nº 0284/24, para atividade de Confecção de Calçados de Couro localizado à Rua Itambacuri, 64, bairro Carlos Prates – Belo Horizonte/MG, CEP 30710-480

Edital De Intimação Processo Nº: 5150309-43.2017.8.13.0024 Classe: [cível] Procedimento Comum Cível (7) Autor: Ativos S.A. Securitizadora De Creditos Financeiros Réu/ré: Joao Luiz De Mattos Borges Coelho 27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. Cássio Azevedo Fontenelle, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Procedimento Comum Cível nº 5150309-43.2017.8.13.0024, movida por ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS – CNPJ: 05.437.257/0001-29 contra JOAO LUIZ DE MATTOS BORGES COELHO – CPF: 638.643.637-72. Processada a ação em todos os seus termos e atos, chegou a ela seu termo com a sentença proferida em 08/08/203, que foi publicada em 09/08/2023 tendo nesta sentença, o pedido da Autora sido julgado parcialmente procedente, e Recurso de Apelação – Acórdão (Negando provimento ao recurso), transitado em julgado em 05/04/2024. Tendo em vista que o réu JOAO LUIZ DE MATTOS BORGES COELHO – CPF: 638.643.637-72 não compareceu nos autos e foi assistido pela Defensoria Pública e por estar em local incerto e não sabido, expediu-se o presente que tem a finalidade de intimar parte Ré/Executada para, em 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do débito exequendo, advertindo-a de que não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, conforme previsto no §1º, art. 523 do CPC, prosseguindo-se a execução com os atos de constrição e de expropriação de bens perante a CENTRASE CÍVEL. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 3 (três) vezes, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local e que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 31 dias do mês de julho de 2024. K-16e17/08

Santander — SOLD LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 16 de outubro de 2024, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 18 de outubro de 2024, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 073523230010302, firmado em 11/12/2014, com o(s) **Fiduciante(s) MARCO AURELIO CARLOS RODRIGUES**, maior, inscrito no CPF n° 017.770.626-08, no dia **16 de outubro de 2024, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 927.396,54 (Novecentos e vinte e sete mil, trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 91.848 do 5º Oficial de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, constituído pelo apartamento nº 102, situado na Rua Nelson Lemos de Carvalho, n° 109, Edifício Residencial Firenze, Bairro Palmares, em Belo Horizonte/MG , com área privativa total real de 133,5700m² (inclusive 2,82m² de varanda e 54,27m² de terraço privativo descoberto), área comum total real 51,6206m² (inclusive 17,71m² de garagem), área coberta total 130,9206m², área total real de 185,1906m², área equivalente construção total de 123,5921m², com direito à vaga de garagem n° 03. Cadastro Municipal: 398.012.011.003-6. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.14 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18 de outubro de 2024, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 368.929,03 (Trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e três centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22563).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
"PREMISA PREDIAL MINAS GERAIS S.A"
CNPJ: 17.177.726/0001-05
"ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA"
Ficam os senhores acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 27 (Vinte e sete) de Agosto de 2024(dois mil e vinte e quatro), as 10:00 (dez) horas em primeira convocação ou as 10:30 (dez e trinta minutos) em segunda convocação , na Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2057, Bloco B, 4º Andar, Sala 11 – Vila Joana D'arc, município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais - CEP 33.239-210.para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia. (a) Convalidação de todos os atos da Diretoria até a presente data, (b) Transferência das ações conforme termo de Recibo entre acionistas: (c) Adequação dos cargos e funções da Diretoria (d) Aprovação e nomeação dos novos Diretores: (e) Aprovação da novo endereço da Companhia: (f) Assuntos gerais.
Belo Horizonte, 12 de Agosto de 2024. Lunard de Abreu – Acionista Majoritario

EDITAL DE CITAÇÃO
COMARCA DE BELO HORIZONTE. 3a VARA CÍVEL - Edital de Citação - Prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Ronaldo Batista de Almeida, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo n. 5112103-52.2020.8.13.0024, (OAB MG175706), Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL que CONDOMINIO RESIDENCIAL FIGUEIRA - CNPJ: 17.983.577/0001-63 move contra GILBERTO JUNIO DA COSTA - CPF: 960.505.276-87. É o presente edital para CITAR o requerido, GILBERTO JUNIO DA COSTA, que se encontra em local incerto e não sabido, nos termos da ação que tem por objeto a condenação do requerido ao pagamento do valor de R$ 5.439,91 (cinco mil e quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e um centavos) atualizado em 28/03/2024, referente a inadimplência com as taxas condominiais dos meses de Abril/2018 a Agosto/2019. Para que chegue ao conhecimento os termos da ação, expediu o edital que será publicado no Diário Judiciário Eletrônico e em jornal de ampla circulação e afixado em local de costume. Prazo: 15 dias. Ciente dos arts. 344 e 257, I II e IV ambos do CPC, bem como que, em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado curador especial (artigo 257, IV do NCPC). Belo Horizonte, 25 de julho de 2024. Eu, Patrícia Lúcia Gonçalves Rodrigues, Gerente de Secretaria da 3a Vara Cível o subscrevi, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Ronaldo Batista de Almeida.

Santander — SOLD LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 29 de agosto de 2024, a partir das 09h50min
2º LEILÃO: 30 de agosto de 2024, a partir das 13h50min (*horário de Brasília)
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 073036230012259, firmado em 30/08/2018, rerratificado em 22/11/2018, com o(s) **Fiduciante(s) ROBINSON VINÍCIUS DE OLIVEIRA ALVES**, maior, inscrito no CPF n° 042.425.536-76, no dia **29 de agosto de 2024, a partir das 09h50min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 418.405,30 (Quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e cinco reais e trinta centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 36.666 do Oficial de Registro de Imóveis de Contagem/MG, constituído pelo apartamento nº 403, situado na Avenida José Faria da Rocha, nº 1.900, Edifício João Paulo, Jardim Eldorado, em Contagem/MG, com área total de 81,22m², sendo 70,425m² de área útil, 4,72m² de área de circulação, 6,075m² de área de garagem, com todas as suas instalações, benfeitorias, pertences e sua respectiva fração ideal de 0,0621. Cadastro Municipal: 22250103015. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.09 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **30 de agosto de 2024, a partir das 13h50min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 222.384,75 (Duzentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22490).

Santander — SOLD LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 30 de agosto de 2024, a partir das 10h20min
2º LEILÃO: 02 de setembro de 2024, a partir das 14h20min (*horário de Brasília)
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 0010311291, firmado em 31/05/2022, com o(s) **Fiduciante(s) TIAGO DOS REIS NUNES/CAMILA PRUDENCIO ALVES**, maior/maior, inscrito no CPF n° 073.433.856-23/084.524.996-71, no dia **30 de agosto de 2024, a partir das 10h20min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 792.000,00 (Setecentos e noventa e dois mil reais)**, o imóvel matriculado sob n° 30.055 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, constituído pelo prédio residencial situado na Rua das Rolinhas, nº 50, no Bairro Jardim das Palmeiras, em Uberlândia/MG, com área de terreno de 350,00m² e área contruída de 206,09m². Cadastro Municipal: 00 04 0202 14 08 0009 0000. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.15 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **02 de setembro de 2024, a partir das 14h20min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 734.757,31 (Setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22492).

Santander
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 02 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 04 de setembro de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)
Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, n° 0010090852, firmado em 19/08/2020, com os Fiduciantes **ALESSANDRA HARDUIM LIMA DE MAGALHÃES,** brasileira, fisioterapeuta, portadora do RG nº M-7.106.773-SSP/MG, inscrita no CPF/MF n° 034.014.026-76, e seu marido **ELÍSIO CÉSAR DE MAGALHÃES,** brasileiro, engenheiro civil, portador do RG n° MG-4.000.718-SSP/MG, inscrito no CPF/MF n° 937.866.626-49, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 242.752,70 (duzentos e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo **Apartamento nº 303**, localizado no Bloco 02 do Condomínio Residencial Savana, situado na Rua Moacir Fróes nº 65, São João Batista – Venda Nova, Belo Horizonte/MG, com direito a uma vaga de garagem. Área privativa: 69,42m² e Área total: 69,42m², melhor descrito na matrícula n° 11.580 do 9º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22464).

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E NOTIFICAÇÃO DAS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS Nº 010/2024. NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO: Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Público Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 658, com escritório e auditório situado à Rua Aymoré, nº 2001 11º andar, salas 1104 e 1105, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte - MG, devidamente autorizado pela **CREDORA FIDUCIÁRIA, COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA - SICOOB CREDIVAR**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.798.596/0001-48, com sede na cidade de Varginha – MG, na Rua Silvio Cougo, nº 680, Vila Paiva, Varginha/MG, e como **DEVEDORES FIDUCIANTES, JOSÉ BRAZ DE SOUZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELE–ME, Empresa individual de responsabilidade limitada, INSCRITA NO CNPJ Sob o Nº 23.062.272/0001-11**, domiciliado à Rua Geraldo Afonso de Souza, nº 55 Bairro Cerâmica, Lambari - MG, CEP 37.048-000, e **BÁRBARA HELEN DE SOUZA (INVENTARIANTE DE JOSÉ BRAZ DE SOUZA, ÚNICO SÓCIO DA EMPRESA DEVEDORA), CPF Nº 120.314.246-37, residente e domiciliado à Rua José Horton de Moraes, Nº 850, Casa 9, BAIRRO Cerâmica, Lambari - MG**, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará à leilão público nº 010/2024 na modalidade **On-Line**, através do site www.crleiloes.com.br, o imóvel a seguir caracterizados, nas seguintes condições: **Lote 001 – LAMBARI/MG: UM TERRENO MISTO, SITUADO À RUA ANTÔNIO PIMENTEL REZENDE S/Nº, BAIRRO CERÂMICA, LAMBARI - MG, CONFORME CONFRONTAÇÕES E LIMITAÇÕES DISCRIMINADAS NA MATRÍCULA, Nº 18.267, RGI, REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAMBARI MG, COM ÁREA TOTAL DE 3.506,06 M² (TRES MIL QUINHENTOS E SEIS, VIRGULA ZERO SEIS METROS QUADRADOS). Imóvel ocupado. Valor venda 1º leilão ON-LINE 05/09/2024 a partir das 14:00h, valor de avaliação R$290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS), e em segundo leilão, se houver, valor de venda 2º leilão ON-LINE 05/09/2024 a partir das 15:30h, valor de R$ 260.484,92 (Duzentos e sessenta mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. Desocupação e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** ***"A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontram. Todas as regularizações para transferência de documentação pós-venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador."*** **PAGAMENTO**: A venda será realizada à vista, o arrematante vencedor deverá recolher o valor integral da arrematação em até 24 horas após o envio de dados bancários, tanto do valor da arrematação, como de 5% da comissão do leiloeiro mais despesa administrativa, mediante depósito em dinheiro, PIX ou TED nas contas indicadas pelo Leiloeiro. Após os pagamentos se faz necessário o envio dos comprovantes, bem como cópias de documentos pessoais e comprovante de endereço para os e-mails: leiloeiro@crleiloes.com.br, juridico@crleiloes.com.br e através do número **31-99615-7499** com a identificação do lote arrematado. Caso não seja apresentado os comprovantes e a documentação dentro do prazo previsto, será considerado desistência e a venda será cancelada com previsão de multa em favor do Banco, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis. **COMISSÃO DO LEILOEIRO**: Caberá, ao arrematante a comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação mais despesa Administrativa no valor de R$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), 5**%** (cinco por cento) do valor da avaliação em caso de adjudicação (arcada pelo adjudicante), e **5%** (cinco por cento) do valor da avaliação) em caso de remição ou acordo (arcada pela(s) parte(s) executadas(s) a serem pagas à vista por depósito em dinheiro, PIX ou TED, na modalidade ***on-line** no prazo de até 24 horas após o envio de dados bancários pelo Leiloeiro*, sendo que o valor da comissão não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento das obrigações assumidas no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito á sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. **O direito de preferência do devedor fiduciante, previsto no §2º-b do artigo 27 da Lei 9514/97, deverá ser exercido até a data de realização do 2º leilão através de proposta oficial, assinada e reconhecida em cartório e enviada através dos e-mails; leiloeiro@crleiloes.com.br e juridico@crleiloes.com.br. DO LEILÃO ON LINE**: Os interessados em participar do leilão *on line* deverão se cadastrar através do www.crleiloes.com.br e se habilitar com a antecedência de até uma hora antes do início do leilão. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas à arrematação. transferência, ITBI, despesas cartoriais do imóvel, inclusive as despesas inerentes á documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97.**Maiores informações pelos telefones: (31)3991-8006 – (31) 99615-7499(WhatsApp), 31-99929-7499 e através do link – www.crleiloes.com.br.**

CLÁUDIO LUIZ REIS ARAÚJO
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL. JUCEMG 658

Santander — FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 26 de agosto de 2024, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 28 de agosto de 2024, às 15h00min *. (*horário de Brasília)
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0033305830000026190 firmada em 11/02/2020, com os **Fiduciantes: 1) TRANSPORTES VAL SANTANA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 16.977.920-0001/02, **2) AILTON DOS REIS SANTANA**, maior, inscrito no CPF nº 035.948.286-46; **3) VALDIRENE MARIA SANTANA**, maior, inscrita no CPF nº 968.900.616-91 e **4) CLÁUDIO FRANCO JARDIM**, maior, inscrito no CPF nº 001.870.406-99, no dia 26/08/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.009.083,61 (um milhão e nove mil oitenta e três reais e sessenta e um centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **16.865 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Betim/MG**, constituído por "imóvel residencial constituído de 10 cômodos, varanda e garagem com área de construção de 202,20m², sito a Rua Flávio Saraiva, 204 (Av.03) e seu respectivo terreno, Lote 17 da Quadra 02, do Bairro Guarujá, zona urbana de Betim/MG, com área total de 420,00m², mais ou menos, com os limites e confrontações de acordo com a planta respectiva aprovada". **Cadastro Municipal**: 012.023.0363.001 (Av. 08). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.11 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 28/08/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 751.433,64 (setecentos e cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21852_RES_2865-09).

Santander — FRAZÃO Leilões
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 30 de agosto de 2024, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 02 de setembro de 2024, às 15h00min *. (*horário de Brasília)
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010111369, firmado em 13/01/2021, com os **Fiduciantes CARLOS LANUCE DE SENA,** maior, inscrito no CPF nº 760.049.616-04 e **GERIVANA GERMANO ROCHA E SILVA,** maior, inscrita no CPF nº 010.574.456-57, no dia 30/08/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 440.320,03** (quatrocentos e quarenta mil trezentos e vinte reais e três centavos), o imóvel matriculado sob nº **55.587 do Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Governador Valadares/MG,** constituído por "Casa residencial, de 02 (dois) pavimentos, com frente para a Rua José Ferreira de Almeida, nº 53, Bairro das Castanheiras, na cidade de Governador Valadares/MG, com área privativa coberta de 143,775m² - destinada a área principal e 01 (uma) vaga de garagem, localizadas no pavimento térreo e subsolo; área privativa descoberta de 17,225m² - destinada a afastamentos de fundos e claraboias, localizadas no pavimento térreo e subsolo, totalizando uma área privativa de 161,00m²; e, a sua respectiva fração ideal de 0,5000000 que lhe corresponde no terreno constituído pela integralidade do lote nº 08 da quadra nº 20, da planta de loteamento do citado bairro, com área de 200,00m².". **Cadastro Municipal:** 17.507.0100.002 (Av. 07). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 02/09/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 152.565,55** (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.22372_SC_2873-10).

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG - SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS. O Dr. Carlos José Cordeiro Mm. Juiz de Direito na Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital de Citação virem e dele conhecimento tiverem que perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, corre uma ação **MONITÓRIA**, registrada sob o nº 5022841-94.2020.8.13.0702 requerida por **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA** - CNPJ: 52.568.821/0001-22 em face de **APARECIDA COSTA ESTEVAM** - CPF: 499.283.868-54.O(a) réu(ré) integra os grupos/cotas de consórcio nº 9562/378 e 9563/216 administrados pela autora. Com a referida aquisição e para garantir o grupo da dívida remanescente após a contemplação, o(a) réu(ré) assinou o Contrato com Garantia de Alienação Fiduciária, transferindo à Administradora o domínio resolúvel e a posse indireta do(s) bem(ns) descrito(s) e individualizado(s) no item 1, tornando-se assim, enquanto devedor(a), o(a) possuidor(a) e depositário(a) do(s) bem(ns).Ocorre, porém, que o(a) réu (ré) tornou-se inadimplente, deixando de efetuar o pagamento das prestações a partir de 10/11/2020, incorrendo em mora desde então, o autor constituiu a mora do(a) réu (ré) por meio de notificação formalizada por carta registrada com aviso de recebimento. E como a requerida não foi encontrada para receber a citação, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital através do qual **CITA** e chama a requerida **APARECIDA COSTA ESTEVAM** - CPF: 499.283.868-54 para, no prazo de quinze(15) dias **PAGAR EM JUÍZO** a quantia reclamada de R$ 77.343,99 podendo no mesmo prazo, caso queira, independente de prévia segurança do Juízo oferecer embargos que, recebidos, suspenderão a eficiência da determinação anterior e serão processados nos mesmos autos, pelo procedimento ordinário. Caso não o faça, constituir-se-á de pleno direito o título em mandado executivo. Se efetuar o pagamento no prazo supra estipulado, ficará isento de custas processuais e honorários advocatícios (art. 701, § 2º do CPC). Observe-se que os prazos fluem após o prazo do edital. Para conhecimento de todos, especialmente do(a,s) interessado(a,s), expediu-se o presente edital que será publicado uma vez no "Diário do Judiciário" e duas vezes em jornal local de grande circulação. Uberlândia, 30 de julho de 2024. Eu, (a)(Juliana Alves Fernandes), Oficial Judiciário, o digitei, subscrevo.(a) **Dr. Carlos José Cordeiro - Juiz de Direito.**

Santander — SOLD LEILÕES
EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 30 de agosto de 2024, a partir das 10h30min
2º LEILÃO: 02 de setembro de 2024, a partir das 14h30min (*horário de Brasília)
Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010207119, firmado em 24/02/2021, com o(s) **Fiduciante(s) CLAUDIO MARCIO PACHECO/FERNANDA PEREIRA PACHECO**, maior/maior, inscrito no CPF n° 952.087.986-20/807.388.186-15, no dia **30 de agosto de 2024, a partir das 10h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 616.464,03 (Seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e três centavos)**, o imóvel matriculado sob n° 55.297 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, constituído pelo prédio residencial situado na Rua Piauí nº 97, lote 23 quadra 131, Bairro Nossa Senhora das Graças, em Uberlândia/MG, com área de terreno de 400,00m² e área construída de 172,25m². Cadastro Municipal: 00.01.0103.04.17.0023.0000. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **02 de setembro de 2024, a partir das 14h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 307.070,77 (Trezentos e sete mil e setenta reais e setenta e sete centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21966).

Governo estadual também antecipou três parcelas em fevereiro, num total de R$ 156 milhões, e outras três em maio FOTO: LEO DRUMOND / NITRO

Estado antecipa parcelas de dívida com municípios

GOVERNO DE MINAS Executivo anunciou o repasse de R$ 110 milhões no âmbito do acordo do Fundo Estadual de Saúde

> **"O valor total da dívida com os municípios é de R$ 6,7 bilhões (regularização dos repasses financeiros na área da saúde, devidos pela Administração Pública Estadual entre os anos de 2012 e 2020). O pagamento (...) foi dividido em 96 parcelas, das quais 24 já foram quitadas, incluindo as duas pagas em agosto"**

O governo de Minas anunciou, ontem, o pagamento de mais duas parcelas da dívida com os municípios mineiros, num total de R$ 110 milhões do Acordo do Fundo Estadual de Saúde.

Os pagamentos referentes a agosto e setembro foram iniciados nesta semana pela Secretaria de Estado de Saúde (SES). "São mais de R$ 100 milhões chegando lá na ponta para melhorar o atendimento à saúde dos municípios e da população mineira", destaca a secretária-adjunta de Estado de Saúde, Poliana Lopes.

O valor total da dívida com os municípios é de R$ 6,7 bilhões (regularização dos repasses financeiros na área da saúde, devidos pela Administração Pública Estadual entre os anos de 2012 e 2020).

O pagamento do Acordo do Fundo Estadual de Saúde foi dividido em 96 parcelas, das quais 24 já foram quitadas, incluindo as duas pagas em agosto, num total de R$ 2,2 bilhões. Outros R$165 milhões, referentes às últimas três parcelas do ano, serão pagos até o mês de dezembro.

O Estado também antecipou três parcelas em fevereiro, num total de R$ 156 milhões, e outras três em maio, no mesmo valor, a fim de melhorar a saúde financeira dos municípios e garantir o funcionamento adequado dos serviços.

"Isso só é possível pelo comprometimento do nosso governador Romeu Zema e do Professor Mateus de consolidar Minas não apenas como um bom pagador das dívidas antigas, mas um estado que cumpre com os seus compromissos e apresenta os resultados", ressalta Poliana Lopes.

De acordo com a Lei Complementar nº 171/2023, os recursos podem ser utilizados de forma flexível, ou seja, cada prefeito poderá investir e reforçar a sua rede da forma como achar mais adequada, de acordo com as especificidades de cada região.

Instituições filantrópicas - Para dar ainda mais flexibilidade nos pagamentos, do total da dívida, foram retirados R$ 463 milhões devidos a instituições filantrópicas, dos quais R$ 431 milhões já foram pagos de outubro de 2023 a julho de 2024.

Os R$ 32 milhões restantes da dívida total com entidades e consórcios gestores serão pagos já nos próximos meses, cumprindo o compromisso do governo de Minas de pagar, em até dois anos, a dívida prevista para ser quitada até outubro de 2030. **(Agência Minas)**

CONGRESSO

Poderes chegam a acordo sobre as "emendas Pix"

Brasília - As cúpulas do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e integrantes do governo Lula (PT) fecharam um acordo ontem para atenuar a crise das emendas parlamentares, liberando o mecanismo aos congressistas e pedindo o estabelecimento de algumas diretrizes.

As partes também acordaram em estabelecer novos parâmetros para as chamadas emendas individuais e de comissão, em um prazo de 10 dias.

"Em reunião entre os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, o ministro da Casa Civil, o advogado-geral da União e o procurador-geral da República, realizada na presidência do Supremo Tribunal Federal, em 20 de agosto de 2024, com a presença de todos os ministros do STF, firmou-se o consenso de que as emendas parlamentares deverão respeitar critérios de transparência, rastreabilidade e correção", informaram em uma nota conjunta.

Após o encontro, no entanto, o presidente do STF, Luis Roberto Barroso, afirmou que a execução das emendas segue suspensa até a definição dos critérios.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, recebeu em um almoço todos os outros ministros da corte, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, representantes do governo e a cúpula do Congresso Nacional para tratar da crise das emendas.

Estavam presentes os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Participaram representando o governo federal o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT) e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Um dos pontos acordados prevê a manutenção das chamadas "emendas Pix", que vão direto do governo federal para os caixas dos municípios, inclusive com seu caráter impositivo. No entanto, as partes chegaram a um consenso de que precisa estar observada a necessidade de identificação antecipada do objeto, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Em relação às demais emendas individuais, os três Poderes decidiram manter a sua impositividade, mas haverá uma regulação sobre os critérios objetivo para determinar o que sejam impedimentos deordem técnica. Esses parâmetros deverão ser estabelecidos por meio de um diálogo entre o Executivo e Legislativo, que devem chegar a um consenso em até 10 dias.

As emendas de bancada serão destinadas a projetos estruturantes de cada estado e do Distrito Federal, de acordo com a definição da bancada daquela unidade da federação. No entanto, é vedada a individualização.

Por último, em uma vitória do governo federal, as emendas de comissão do Congresso serão destinadas a projetos de interesse nacional ou regional. Esses projetos serão definidos em comum acordo entre Legislativo e Executivo, mas os procedimentos mais precisos também serão estabelecidos em até dez dias.

Mais cedo, ontem, Pacheco foi recebido por Lula num café da manhã no Palácio da Alvorada. O presidente do Senado também se reuniu com Lira para tratar do impasse das emendas.

Na noite de segunda (19), Lula e Lira se reuniram no Palácio do Planalto. A expectativa era que eles tratassem, entre outros temas, do impasse das emendas. **(Catia Seabra, Constança Rezende, Julia Chaib, Renato Machado e Victoria Azevedo/Folhapress)**

Assunto dominou as discussões

Brasília - Nos últimos dias, líderes partidários da Câmara passaram a discutir alternativas para atender às demandas do Supremo sobre as emendas de comissão, consideradas prioridade para os parlamentares.

Uma das alternativas estudadas é adotar uma metodologia semelhante à utilizada na distribuição dos recursos das emendas de bancadas estaduais, criando a figura de um relator para cada um dos colegiados.

Também foi colocada à mesa a possibilidade de as comissões elaborarem um relatório com a distribuição das emendas que fosse submetido a votação pelos parlamentares de cada colegiado.

Há uma avaliação, entre líderes, que também é importante preservar as emendas individuais impositivas, já que essa modalidade é considerada uma prerrogativa do Legislativo.

A questão das emendas parlamentares está no centro de uma crise entre os Poderes, que ganhou novos contornos com a decisão monocrática do ministro Flávio Dino. Na sexta-feira (16), o Supremo acompanhou decisão do magistrado de forma unânime para suspender a execução das verbas impositivas até que deputados e senadores deem mais transparência aos repasses.

Como a Folha mostrou, a PGR protocolou, em procedimentos sigilosos, 13 investigações preliminares do STF que tratam de suspeitas relacionadas a irregularidades no uso das emendas.

Elas começaram a tramitar na corte no último dia 22, quando do Dino já havia marcado uma audiência de conciliação para discutir a necessidade de regras de transparência e rastreamento desses recursos.

As emendas impositivas são as de bancadas, individuais com finalidade definida e as de transferência especial, conhecidas como "emendas Pix".

Elas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso, porém, é atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.

A Câmara reagiu prontamente à decisão do STF. Lira deu encaminhamento a duas PECs (propostas de emenda à Constituição) que miram a atuação da corte.

Uma delas limita as decisões individuais de ministros do STF -texto já aprovado no Senado e que estava parado na Câmara. A outra PEC permite que as decisões do Supremo possam ser derrubadas pelo Congresso Nacional. **(Catia Seabra, Constança Rezende, Julia Chaib, Renato Machado e Victoria Azevedo/Folhapress)**

AGRONEGÓCIO

Preço ao produtor sobe em julho, mas em agosto deve cair 3,2%

PRODUÇÃO DE LEITE No sétimo mês do ano, valor avançou, em média, 1,9% para produto captado em junho e foi de R$ 2,68; estimativa para próximo pagamento é do litro a R$ 2,60, aponta Conseleite-MG

MICHELLE VALVERDE

Em Minas Gerais, a produção de leite segue enfrentando um cenário desfavorável. Além de a produção concorrer com o aumento das importações de leite em pó, os preços no mercado interno estão com tendência de queda. Apesar de em julho, referente à produção entregue em junho, o preço do litro ter avançado 1,9% na média do Estado, para o próximo pagamento, conforme o Conseleite-MG, a estimativa é de uma retração de 3,2% nos valores.

Assim, a atividade está com margens apertadas ou negativas, tendo como consequência o desestímulo, a queda na produção e produtores saindo da atividade leiteira. De acordo com a analista de agronegócio do Sistema Faemg Senar, Mariana Simões, o pecuarista mineiro recebeu em julho, em média, R$ 2,68 pelo litro do leite, o que representou uma alta de 1,9%. Porém, a tendência para o pagamento de agosto é de uma retração de 3,2% e o litro vendido a R$ 2,60. O preço estimado para agosto fica aquém do necessário para que a atividade seja lucrativa.

Considerando apenas os custos de produção dos pecuaristas do Programa de Assistência Técnica e Gerencial – ATeG, o valor necessário para se produzir um litro de leite varia de R$ 2,39 a R$ 2,63 no Estado. "O preço do leite vinha em uma crescente pelo período da entressafra, quando há uma menor produção no Sudeste e Centro-Oeste do País. Em junho, houve uma queda de 10% na produção comparada com a média do ano, o que ainda segurou um pouco os preços, mesmo com a alta das importações. Já para agosto, com a maior oferta no mercado, a tendência é de queda nos valores", aponta a analista.

Faemg aponta que cenário desfavorável tem feito produtores investirem menos e também saírem da atividade; importações de leite em pó continuam pesando FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

> "Nos últimos 12 meses, o custo total do litro de leite subiu 108%"
> Mariana Simões

Valorização não compensou perdas - Conforme Mariana Simões, no acumulado de dezembro de 2023 até julho, houve um reajuste de 40% no preço do leite para o produtor, porém, a alta não foi suficiente para cobrir os prejuízos acumulados desde o ano passado, quando a entrada sem precedentes do leite em pó importado impactou fortemente a cotação do produto.

Vale ressaltar que durante a entressafra, quando não há pastagem disponível, os custos também aumentam e que, mesmo com a recuperação, os preços atuais estão abaixo da média histórica. "A recuperação dos preços do leite no período foi positiva, mas o cenário é complicado tendo em vista a queda acentuada dos preços em 2023, que comprometeu a rentabilidade em geral. O momento agora seria de recuperar, mas veio essa sinalização de queda dos preços. Os preços ainda estão em patamares inferiores a 2023, 2022 e 2021", acrescenta ela.

Falta de lucratividade - O comprometimento da rentabilidade da produção de leite traz diversos impactos, segundo Mariana Simões. Nos últimos anos, produtores reduziram os investimentos e muitos saíram da atividade.

"Nos últimos 12 meses, o custo total do litro de leite subiu 108%. Isso mostra que, a longo prazo, a atividade não está viável ao produtor. A consequência é a saída dos produtores da atividade, gerando, assim, queda na produção. Se a situação persistir, no longo prazo, corremos o risco de ficarmos dependentes do leite do mercado externo", reitera.

Ainda conforme a analista do Sistema Faemg Senar, diante do mercado desafiador dos últimos anos, os produtores investiram menos devido ao desestímulo e também ao aumento do endividamento: "O endividamento dos produtores de leite está maior. Pela situação, podemos presumir que estão mais cautelosos e foram obrigados a reduzir investimentos. Com o cenário de alta nas importações e sem reversão à vista, o cenário segue crítico. Então, o produtor deve avaliar o custo e o fluxo de caixa porque o momento é de alta das importações, da produção e de queda do preço".

Importações seguem elevadas

Quanto às importações, seguem elevadas desde agosto de 2022. Em julho deste ano, por exemplo, houve um novo pico, chegando, assim, a 224 milhões de litros equivalentes entrando no mercado nacional.

"O volume de leite importado em julho ficou 26% maior que em junho e 24% superior na comparação com julho de 2023. Assim, as importações seguem pesando muito", explica Mariana Simões.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior, o Brasil importou 1,07 bilhão de litros de leite em pó no primeiro semestre deste ano, o que representa aumento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2023. **(MV)**

SILVICULTURA

Nova deliberação simplifica plantio de florestas em Minas

A silvicultura entrou em uma nova fase em Minas Gerais com a deliberação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) que classifica a atividade como de potencial poluidor/degradador considerado pequeno. A mudança, estabelecida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e publicada na última quinta-feira (15), possibilita que o licenciamento ambiental no Estado se dê, via de regra, por modalidade simplificada.

A Deliberação Normativa nº 251 havia sido aprovada no dia 25 de julho, quando foi colocada para votação na 192ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Copam. A alteração faz com que Minas se adeque à Lei Federal nº 14.876, de 31 de maio deste ano, que excluiu a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

A exclusão da silvicultura dessa categoria se deu em função do entendimento de que se trata de uma atividade agrícola sustentável e benéfica ao meio ambiente. Desta forma, a decisão mais plausível seria pela simplificação dos procedimentos para o seu licenciamento ambiental. Anteriormente, a silvicultura fazia parte da atividade que engloba "culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura", que possui um grau poluidor considerado médio. A mudança, portanto, excluiu a silvicultura do rol citado anteriormente, tendo uma categoria exclusiva.

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo, reforça que o setor é de suma importância para Minas, já que tem potencial para produção de celulose e para fornecer carvão mineral para produção de ferro. "Estamos em um Estado eminentemente minerador, produtor de ferro gusa, e precisamos de carvão mineral para este tipo de produção. Um dos grandes problemas históricos era o desmatamento para produção de carvão ilegal", observa a secretária.

Ela reforça os impactos da mudança. "Quando damos essa capacidade de ampliação da produção de floresta plantada, preservamos as nossas florestas nativas, mas também promovemos um novo olhar de economia verde. Ampliando as florestas plantadas no nosso estado, aceleramos o processo de descarbonização da economia".

A alteração em questão também possibilitará aos municípios com atribuição para o licenciamento ambiental a sua execução em todos os portes de atividade ou empreendimento de silvicultura.

Segurança jurídica - Em julho, o governo do Estado já havia feito um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e com o Tribunal de Justiça (TJMG) para alterar os procedimentos de licenciamento ambiental para a silvicultura. O objetivo do acordo foi no sentido de garantir sustentabilidade para atividades do setor e prover segurança jurídica para as partes envolvidas.

Como resultado, chegou-se à conclusão de que não será mais obrigatório apresentar Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), mesmo para áreas de plantio acima de 1 mil hectares.

O acordo, na época, foi celebrado pelo governador Romeu Zema. "Esse acordo representa muitos avanços, principalmente na área ambiental, já que Minas Gerais terá, a partir de agora, uma condição maior de atrair quem quer fazer florestas cultivadas e reflorestamento no Estado", destacou. **(Agência Minas)**

Setor é de grande importância para Minas, que ocupa primeira posição do País em florestas plantadas com 2,3 milhões de hectares, segundo associação que reúne segmento FOTO: DIVULGAÇÃO / AMIF

GASTRONOMIA

Comprar e vender vinhos é arte e "ralação"

% ENTREVISTA - LUCIANO CONTARINI

DANIELA MACIEL

Formado em gastronomia em 2007, pela Estácio de Sá, o capixaba Luciano Contarini está radicado em Belo Horizonte há 27 anos. Viajando o mundo em constantes formações e conhecendo algumas das paisagens mais bonitas do planeta, engana-se quem conhece sua vida pelas redes sociais e acha que é puro glamour. Na área comercial on trade desde 2010 e nessa função na Casa Flora, desde 2017 – uma das principais importadoras de alimentos e bebidas *premium* do Brasil -, ele mostra que comprar e vender vinhos é arte e ralação. %

Vamos começar pela gastronomia. Talvez o seu sobrenome dê algumas dicas, mas como a gastronomia surgiu na sua vida como uma opção de estudo e trabalho?

Eu sou de ascendência italiana, mas por incrível que pareça, tenho poucas referências gastronômicas na família. Não quero ser injusto com minhas avós, com a minha mãe, mas eu acho que a culinária na minha família nunca foi o motivo das nossas reuniões. Então, eu acho que essa, entre aspas, essa falta de referência, me levou a me aventurar desde muito jovem. Eu queria fazer uma coisa diferente, que as coisas que eu fizesse fossem saboreadas, festejadas. Em 2007, já há alguns anos em BH, eu resolvi fazer faculdade de gastronomia. A minha formação foi mais focada na gastronomia italiana. Mas uma coisa que eu queria dizer é o seguinte: eu não optei pela gastronomia italiana pela minha ascendência italiana. Optei porque, entre as matérias da faculdade, a gastronomia que mais eu me identifiquei, que para mim, de maior sabor, de maior fartura, foi a italiana.

A gastronomia mineira também é muito farta e tem essa questão de juntar as pessoas para brindar, conversar, rir. A mesa, para os mineiros, é um lugar de celebração, não é um lugar de formalidade. Posso dizer, então, que você juntou a fome com a vontade de comer?

Sim, Minas me ensinou muito isso. As amizades, principalmente aqui, são forjadas na cozinha, são consolidadas à mesa. É isso que me encanta. E eu não posso nem dizer que eu me transformei, porque eu me sinto mineiro, as maiores referências que eu tenho realmente são mineiras.

A cozinha e a gastronomia passaram, durante muito tempo, sendo entendidas como algo menor. No Brasil, me parece, uma revalorização e até uma certa glamourização vem a partir dos *realities shows*, certo? Como você analisa esse momento?

Acho que é difícil mensurar se essa glamourização da gastronomia veio antes ou depois dos *realities*. Eu acho que, principalmente em BH, o advento da vinda das universidades fomentou muito isso. Existia o Senac, que com muito louvor dava as aulas, mas eram cursos técnicos, não eram cursos superiores, e os grandes chefes que davam aulas de gastronomia, como o Humberto Passeado e o Ivo Faria, por exemplo. Hoje temos cinco ou sete escolas de gastronomia em BH. Isso fomentou o mercado. Agora, a história do *glamour*, eu acho que é uma coisa que veio com os grandes *chefs*, com os grandes nomes, porque a realidade da cozinha não é o glamour. Cozinha é uma coisa muito dura, muito tensa. Eu lembro muito bem, que no primeiro período de faculdade, eu já tinha colega com cartão de *personal chef*. Imagine isso... O dólmã é um veículo de poder. Agora, falando com muita sinceridade, nem todo mundo tem talento. Nem todo o mundo que se forma vai seguir na profissão. Ser *chef* vai muito além do diploma. O principal da gastronomia é você ser criativo, inovador. A minha trajetória na gastronomia não foi tão extensa e eu me considero cozinheiro, com muita honra!

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

> **"A uva que mais se destaca aqui em Minas, por exemplo, é a Syrah. Ela adaptou-se ao processo de poda dupla que a gente precisa fazer para ter sucesso na produção de vinho. E já temos o enoturismo funcionando muito bem. Minas é a terra dos bons produtos. Temos o nosso turismo com o queijo cada vez mais forte (...) Então, tenho certeza de que Minas vai saber explorar essas riquezas"**
> Luciano Contarini

E como você entrou no mundo dos vinhos e do comercial?

São as felizes coincidências da vida. Eu trabalho com vendas há mais de 30 anos. Eu vim para BH para trabalhar com vendas de um produto que não tem nada a ver com vinho. Na época da faculdade houve um concurso de drinques promovido por um produtor de conhaque em parceria com a Casa do Porto. Eu ganhei esse concurso e, entre os prêmios, estava uma viagem para visitar alguns restaurantes em São Paulo. Fui aprofundando o relacionamento com o pessoal da Casa do Porto e em 2010 eles me convidaram para trabalhar lá. Antes disso eu nem bebia vinho! Foram quatro anos, e depois eu tive um tempo parado, fiz um projeto meu, um restaurante temático durante os três anos. E, em 2017, recebi um convite para entrar na Casa Flora.

E o que faz o comercial *on trade*?

O comercial *on trade* é o profissional que atende apenas o setor de restaurantes, no meu caso, principalmente com vinhos. Eu trabalho por observação. Vejo o conceito do restaurante para saber o que eu posso sugerir. Qual a gastronomia do restaurante, para qual o público é voltado, qual a região. E tem outras ocasiões em que o restaurante já está consolidado e o cliente me chama para compor a carta. Ele diz: "Estou precisando de dois vinhos da Argentina" ou "preciso de um vinho orgânico, de um vinho vegano". Algumas demandas já vêm prontas. Outros clientes querem que eu faça uma carta de vinhos completa.

E aí você treina aquela equipe para saber como apresentar, como harmonizar?

Essa é a parte de treinamento de brigada que, no meu caso, é um treinamento mais voltado para a parte comercial. Eu faço questão que o profissional prove, mas ele quer mais saber como ele vai abordar o consumidor. É claro que ele tem que saber se o vinho tem passagem pela madeira, que é de tal região, tal país. Mais do que isso, o meu trabalho é ajudar o meu cliente a vender, mas não é só o vinho, vender tudo o que o restaurante oferece.

Para preparar os seus clientes, claro, você também precisa se preparar. Você precisa conhecer, estudar, ir às vinícolas. Quem só acompanha pelas redes sociais parece o melhor emprego do mundo.

O que a gente posta, é 1% do trabalho. Quando o comercial *on trade* senta num restaurante, por exemplo, com um produtor de vinhos ou com um proprietário de restaurante, aquilo ali, ainda que seja descontraído, não é totalmente uma diversão. Tem o atendimento, as visitas, os cadastros, os perrengues da profissão que ninguém vê. É um produto que demorou na importação para chegar, é o cliente que quer uma coisa mais urgente, e a gente tem que se virar para atender.

Você não tem ideia de quantas vinícolas ou quantos países você já conheceu fazendo esse trabalho?

Não. Na verdade, acho que mais Chile, Argentina, Itália e Estados Unidos. Na Casa Flora não trabalho só com vinho. Há uns três anos, por exemplo, estive no Chile visitando um parceiro que produz azeite. Faz parte da profissão, do investimento que a empresa faz na capacitação do profissional.

A produção de vinhos em Minas Gerais tem crescido e começado a chamar a atenção com premiações internacionais. Você vê Minas como um destino viticultor e de enoturismo no futuro?

Como só trabalhamos com importados, tenho poucas oportunidades de experimentar os nacionais. Mas eu acho que o Brasil está num caminho bacana. A uva que mais se destaca aqui em Minas, por exemplo, é a Syrah. Ela adaptou-se ao processo de poda dupla que a gente precisa fazer para ter sucesso na produção de vinho. E já temos o enoturismo funcionando muito bem. Minas é a terra dos bons produtos. Temos o nosso turismo com o queijo cada vez mais forte. Temos doce de leite, café e agora azeite mineiro, que está muito bem posicionado. Então, tenho certeza de que Minas vai saber explorar essas riquezas.

É óbvio que as pessoas estão esperando uma dica sobre harmonização ou como escolher um bom vinho, que não seja pelo preço.

Na minha concepção, não tem fórmula mágica. O primeiro a se pensar é o quanto você está disposto a pagar. Então, por exemplo, se estou disposto a pagar R$100 num rótulo, dentro desse valor vou me adequar ao que mais gosto, ao que me dá prazer. Agora, você pode decidir que quanto mais caro, melhor, mas é uma experiência muito pessoal. %

CAPITALISMO CONSCIENTE

SHIRLEY STARK

Mãe da Cecília, aceleradora de pessoas e negócios com alma, facilitadora de diálogos e experiências de aprendizagem, mentora em mentalidade empreendedora,voluntária do ICCB-MG. Linkedin: Shirley Stark - Instagram: @shirleysark_

Liderança Consciente: A nova essência para negócios sustentáveis

Em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia, o papel da liderança não se limita a um título ou posição. Líderes autênticos não se escondem atrás de suas funções, mas se destacam por suas habilidades em construir relações sólidas, influenciar positivamente e criar um ambiente de confiança e inclusão. Este novo modelo de liderança, conhecido como liderança humanizada e consciente, vai além do foco nos resultados imediatos. Ele foca nas pessoas, no impacto coletivo e na construção de valor para todos os *stakeholders* envolvidos no negócio.

Pesquisas recentes mostram o impacto direto de uma liderança humanizada no ambiente de trabalho. De acordo com um estudo da Harvard Business Review, 58% dos funcionários em empresas lideradas por líderes humanizados relataram maior satisfação e engajamento no trabalho, o que levou a uma melhoria de 23% na produtividade e uma redução de 31% nos índices de absenteísmo. Além disso, empresas com lideranças conscientes têm 47% mais chances de superar metas financeiras quando comparadas às empresas com liderança tradicional. Isso demonstra claramente que o papel do líder vai além da simples administração; trata-se de inspirar, apoiar e guiar suas equipes em direção ao crescimento e bem-estar, gerando valor sustentável.

Nesse contexto, liderar com alma e essência não é apenas uma escolha, é uma necessidade para sobreviver em um ambiente de negócios em constante transformação. Líderes conscientes concentram-se no "nós" e não no "eu". Eles criam margens seguras para que as pessoas floresçam, o que, por sua vez, fortalece o negócio. Estes líderes veem os indivíduos em sua totalidade, não apenas como recursos, mas como seres humanos com potencial a ser desenvolvido. Com isso, eles fomentam uma cultura organizacional baseada no respeito, confiança e colaboração.

Cada vez mais emergente, a função social das empresas vai além da simples geração de lucro. Negócios não existem apenas para maximizar o retorno financeiro, mas também para promover o aprendizado e o desenvolvimento, tanto individual quanto coletivo. Empresas que compreendem seu papel social são vistas como espaços de transformação. Quem não percebe o seu negócio dessa forma deve se preparar para ser engolido e extinto no mercado. O futuro pertence àquelas organizações que veem as pessoas como seu maior ativo e que investem na criação de ambientes onde se pode crescer e se desenvolver.

Portanto, é imperativo que o líder do futuro sirva ao propósito da organização, sem perder de vista o bem-estar das pessoas que nela estão. Líderes conscientes são aqueles que deixam de lado o ego para focar na verdadeira essência da liderança: apoiar o crescimento dos outros, inspirar confiança e criar um impacto positivo que transcenda os resultados financeiros. Afinal, liderar com alma e propósito é, acima de tudo, um caminho para negócios mais humanos, saudáveis e sustentáveis. %

Videogame é ferramenta para empreendedorismo

% "PLAY DE NEGÓCIOS" Empresário Luiz Almeida fez da Vírgulas Marketing um *hub* para fomentar novos negócios

DANIELA MACIEL

No comando de uma equipe de 26 pessoas, em Três Corações (Sul de Minas), o jornalista e empresário Luiz Almeida fez da Vírgulas Marketing um *hub* para fomentar novos negócios. O objetivo da empresa, que nasceu em 2020 com soluções para a digitalização de microempresas e profissionais, é promover o "empreendedorismo de verdade" e uma das ferramentas para isso é o videogame.

O programa batizado "Play de Negócios" reúne empreendedores de diferentes setores e portes para falar de empreendedorismo enquanto jogam videogame. A conversa (e o jogo) acontece na sede da Vírgulas, numa estrutura que pretende deixar todos à vontade para falar de coisas muito sérias. Desde seu lançamento, o programa já acumulou mais de um milhão de visualizações

"Começamos 100% no digital e inauguramos o espaço físico há um ano. Hoje atendemos 200 empresas em sete países, mas o maior volume está no Sul de Minas. Nosso objetivo é gerar uma cultura de empreendedorismo. Na sede temos quatro espaços diferentes e trabalhamos os cinco sentidos. Temos ambientação, sonorização e até aroma próprio. Todos os eventos têm uma identidade visual própria, com material personalizado. O diferencial de quem quer vencer está nos detalhes", explica.

Programa reúne empresários de diferentes setores e portes para falar de empreendedorismo enquanto jogam videogame FOTO: DIVULGAÇÃO / VÍRGULAS MARKETING

> **"Nosso objetivo é gerar uma cultura de empreendedorismo. Na sede temos quatro espaços diferentes e trabalhamos os cinco sentidos"**
> Luiz Almeida

O programa aborda temas cruciais para empreendedores e profissionais de diversas áreas, como gestão, negócios, marketing, inovação, vendas e gestão de pessoas. O destaque, segundo o empresário, são os convidados que vêm de setores variados, incluindo medicina, saúde, e negócios, e que compartilham suas experiências e *insights* de maneira dinâmica durante as partidas.

"Queremos fomentar o empreendedorismo real. Empreender não é fácil. Não somos *coaches*. Os convidados contam a história de superação como empreendedores. Digo que no empreendedorismo tudo pode dar errado e, se der certo, é porque você faz algo de diferente", completa o fundador da Vírgulas Marketing. %

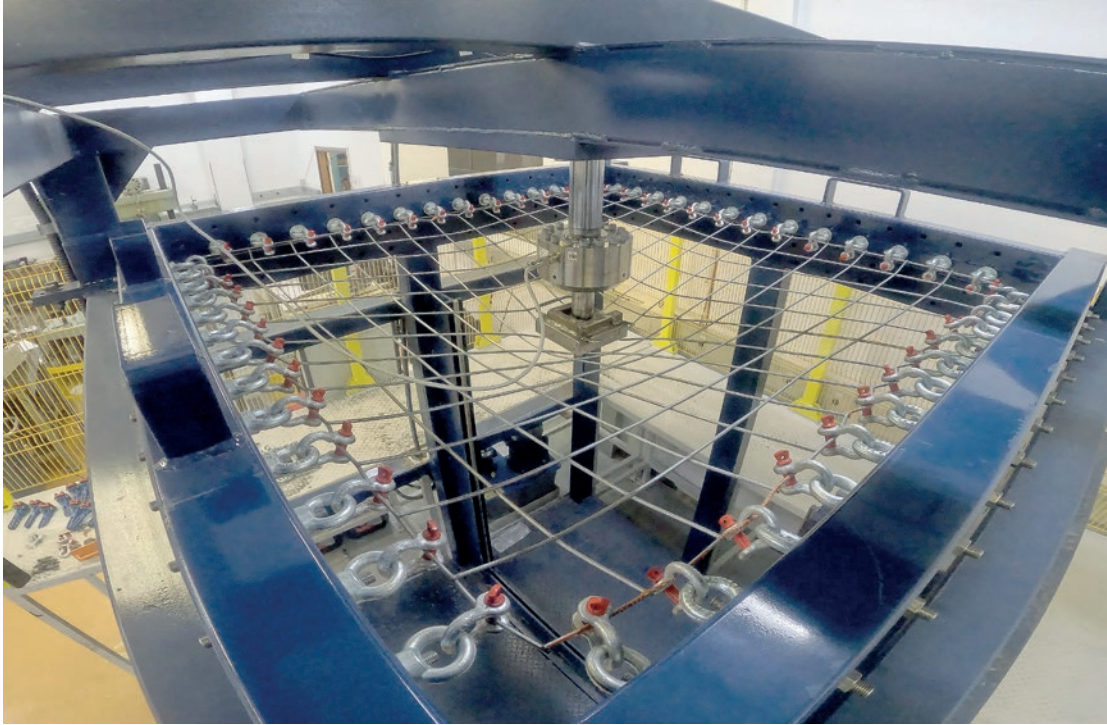
% INOVAÇÃO

Parceria cria equipamento para mineração

Um time multidisciplinar de engenheiros da Belgo Arames — maior produtora brasileira de arames de aço — e do Instituto Senai de Inovação em Metalurgia e Ligas Especiais criou um equipamento híbrido para avaliar a capacidade de proteção das telas geotécnicas, amplamente utilizadas para a estabilização de taludes e túneis da mineração subterrânea.

Com tecnologia pioneira no mundo, o equipamento pode certificar a segurança desses materiais em território nacional. O desenvolvimento do projeto, que durou três anos, contou com parceria da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e foi totalmente realizado no Centro de Inovação e Tecnologia (CIT) Senai, em Belo Horizonte.

A tecnologia híbrida avalia resistência à tração e ao puncionamento das telas num mesmo equipamento. "Uma equipe composta por 13 profissionais esteve diretamente envolvida, somando conhecimentos em engenharia de materiais, de minas, mecânica de manufatura avançada, elétrica, automação de processos de mineração, eletrônica e eletrotécnica, além de gerenciamento de projetos, para viabilizar um equipamento com estruturas modulares, capaz de ser adaptado às necessidades técnicas e demandando menos espaço para a realização dos ensaios", conta o diretor de comercial de segmentos especiais da Belgo Arames, Edson Takagi.

"As parcerias estabelecidas com o Senai e a Embrapii também foram fundamentais para contarmos com a colaboração de outros pesquisadores e com a infraestrutura de um centro tecnológico robusto e preparado para dar suporte a esse desenvolvimento", destaca o gerente da linha Belgo Soluções Geotech, Emerson Ananias.

Com tecnologia pioneira no mundo é possível certificar a segurança das telas geotécnicas no País FOTO: DIVULGAÇÃO / BELGO ARAMES

As telas geotécnicas, amplamente utilizadas para a contenção e segurança de estruturas da mineração subterrânea, são regidas por diversas normas técnicas internacionais. Atualmente, amostras dos produtos fabricados no Brasil precisam passar por testes de qualidade no exterior e, dependendo das especificações dos ensaios normatizados, há a necessidade da realização de testes em diferentes locais, o que demanda mais tempo e recursos para um produto certificado chegar ao mercado nacional. A solução fomentada pela Belgo pretende facilitar a logística, diminuir os custos e os insumos de produção.

Através do CIT Senai, qualquer empresa interessada poderá realizar os ensaios técnicos. "A Belgo entendeu as dores e demandas do mercado nacional de geotecnia e, com o equipamento híbrido, será possível realizar ensaios que atendem a normas como ASTM A975 e EAD 230025-00-0106. A garantia de testar a segurança de produtos nacionais no próprio território sem dúvida é um fomentador para o desenvolvimento de novas tecnologias ou para a validação de tecnologias importadas. O mercado geotécnico só tende a ganhar com a solução", reforça Emerson Ananias.

De acordo com o gerente de tecnologia e inovação do CIT Senai, José Luciano de Assis Pereira,o centro de inovação e tecnologia foi criado para atender às demandas tecnológicas da indústria nacional. "No caso em questão, mediante sua unidade Embrapii, especificamente do Instituto Senai de Inovação em Metalurgia e Ligas Especiais, esperamos contribuir para maior eficiência e menores custos nos processos de certificação dos materiais e atendimento às normas internacionais e aos mais rígidos controles de qualidade dos produtos Belgo Arames", ressalta. %

Uberlândia deve ter bairro planejado da Pacaembu

CONSTRUÇÃO CIVIL Dividido em etapas, projeto se encontra em desenvolvimento com projeção de R$ 300 milhões em Valor Geral de Vendas (VGV) na primeira fase, com duração prevista de 24 meses

LEONARDO MORAIS

A Pacaembu, maior construtora de bairros planejados do Brasil, desembarcou em Minas Gerais, iniciando as atividades pelo Triângulo Mineiro. Além da inauguração de 772 unidades em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, a construtora já projeta para o próximo ano o início das comercializações em Uberlândia, que contará com cerca de 1.500 unidades e pode se tornar um dos principais mercados do negócio.

As informações foram reveladas pelo presidente-executivo da Pacaembu, Fernando Almeida, e pelo diretor de negócios de expansão da empresa, Bruno Villar, em entrevista exclusiva ao Diário do Comércio. Dividido em etapas, o projeto em Uberlândia se encontra em desenvolvimento com projeção de R$ 300 milhões em Valor Geral de Vendas (VGV) na primeira fase, com duração prevista para 24 meses - tempo médio entre início das vendas e entrega dos primeiros imóveis.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de uso do espaço, a nova construção pode ter novidades em relação aos atuais empreendimentos da empresa. "Se vier a se comprovar, Uberlândia será a primeira cidade com bairros planejados que unem casas, condomínios, imóveis comerciais e empreendimentos verticais", observa Almeida.

A ideia, segundo ele, é que a construtora siga com a expertise na produção de imóveis horizontais e firme parcerias para os demais empreendimentos. Para a construção, é esperada a geração de mais de 4 mil vagas de trabalho diretas e indiretas, levando em consideração o cálculo utilizado pela construtora de 3,1 empregos por casa construída.

Ao avaliar a chegada em Minas Gerais, o presidente-executivo da Pacaembu destaca que os bons resultados do agronegócio, do comércio e do setor de serviços foram cruciais para a escolha da região. "Minas é um estado muito pujante, significativo e o Triângulo conta com cidades que estão crescendo acima da média nacional, além de ser um local que possui similaridade cultural com praças que já atuamos. Nosso desejo é levar esses bairros planejados e nossa expertise para essas cidades e ampliar o sonho da casa própria para essas pessoas", diz.

Minas Gerais terá construções semelhantes às que estão em andamento em Itapetininga (SP) FOTO: DIVULGAÇÃO / CONSTRUTORA PACAEMBU

Elencadas as prioridades, a consolidação no Triângulo Mineiro é o principal foco no momento, segundo Villar. "Nós não estamos indo para fazer um projeto ou dois. Nosso primeiro objetivo é consolidar a operação na região para assim expandir pelo Estado, que tem potencial para ser um dos nossos principais mercados", garante.

Além de Uberlândia e Ituiutaba, o diretor de negócios de expansão da construtora cita Uberaba, também na região do Triângulo Mineiro, como uma das próximas cidades a receber os empreendimentos. A continuidade das operações, entretanto, será avaliada a partir dos atuais resultados, já que o processo que requer investimento em pessoas, corpo executivo e desenvolvimento do projeto.

> "Minas é um estado muito pujante, significativo e o Triângulo conta com cidades que estão crescendo acima da média nacional"
> Fernando Almeida

Investimento de R$ 137 milhões - Embora Uberlândia tenha sido a primeira cidade a abrir as negociações da construtora em Minas Gerais, as obras em Ituiutaba serão as primeiras a ser concluídas. Segundo a empresa, isso ocorre porque o projeto já estava avançado em termos de legalização com a prefeitura local. Com investimentos de R$ 135 milhões em parceria com a prefeitura municipal, a Caixa Econômica e o governo federal, as 772 unidades do "Viva Parque Ituiutaba" chegam para fomentar a cidade, que é considerada um importante polo regional com indústria, comércio e agronegócio pujantes.

Além disso, os estudos realizados pela construtora indicaram uma importante demanda em Ituiutaba por residências horizontais. "Notamos que os moradores da região valorizam o nosso produto e chegamos para suprir essa oferta", destaca Bruno Villar.

Construído em uma região de grande expansão da cidade, na avenida Pratagy, a apenas 9 minutos do centro, o Viva Parque Ituiutaba ocupará uma área total de mais de 245 mil metros quadrados (m²) com residências de dois dormitórios de 44m² passíveis de ampliação por serem construídas em terrenos a partir de 160 m².

O bairro planejado, seguindo o padrão da construtora, é entregue pronto para morar. Os espaços são liberados para os clientes com infraestrutura já concluída, como sistema e reservatório de abastecimento de água, sistema de esgoto, sistema de drenagem pluvial, rede elétrica e de iluminação pública, ruas asfaltadas, sinalização viária, acessibilidade aos lotes e previsão de áreas institucionais.

Objetivo do empreendimento é ser um espaço eficiente e inteligente

O bairro planejado, seguindo o padrão da construtora, é entregue pronto para morar e espaços são liberados para os clientes com infraestrutura já concluída FOTO: DIARIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Diferente dos condomínios fechados, os bairros planejados se configuram como espaços públicos projetados para serem eficientes e inteligentes. O conceito, além de beneficiar a qualidade de vida dos moradores, é capaz de impactar a cidade em sua totalidade.

Os mais de 180 bairros planejados da Pacaembu Construtora seguem essa premissa com focos direcionados em estratégias de urbanismo. "Além das casas em si, inserimos praças bem divididas, academias ao ar livre, espaços de lazer, pistas de caminhada, lotes comerciais em posições estratégicas, tudo para dar maior conforto aos moradores do bairro", afirma Fernando Almeida.

Segundo ele, a construtora é responsável por inserir elementos em proporção e quantidade de acordo com a necessidade da região. Uma das vantagens citadas é o aprimoramento ao longo dos anos da produção em escala, o que permite maior velocidade e produtividade, reduzindo o tempo de entrega ao cliente.

As obras são propostas e aprovadas seguindo as diretrizes do município, com espaços disponíveis para empreendimentos comerciais, além de áreas institucionais para fomentar a economia local. Essas áreas ficam disponíveis para utilização a critério do município em futuros projetos de saúde, educação e segurança.

Os empreendimentos se encaixam dentro das regras do Minha Casa Minha Vida, com 70% dos clientes integrantes da faixa 1 - com renda familiar até R$ 2.850. "Os bairros planejados nascem para atender a grande maioria das famílias que se enquadram nesta faixa com um custo-benefício que pode ser mais vantajoso do que o aluguel", explica Almeida. Com o passar do tempo, os imóveis podem ser adaptados de acordo com o estilo de vida e necessidades dos moradores, seguindo regras de moradia estabelecidas pelo município.

Construtora celebra avanços - Fundada há mais de 30 anos em Marília (SP), pelos irmãos Eduardo e Wilson Almeida, a Pacaembu Construtora atua nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, além de São Paulo, onde concentra 70% das operações da empresa. A construtora segue apresentando avanços em crescimento ao longo dos anos com recordes em lançamentos, vendas líquidas e geração de caixa.

No primeiro semestre deste ano, a construtora obteve avanços de 181% em lançamentos com crescimento de 59,2% em vendas líquidas, que somaram R$ 984,9 milhões. Em *landbank* (compra e venda de lotes para investimentos futuros), a empresa soma R$ 15,1 bilhões em terrenos, um avanço de 31,9% no semestre em comparação ao anterior. **(LM)**

CONJUNTURA

Cresce a regularização de dívidas

DÉBITOS Cancelamento de títulos protestados aumentou 15,1% no primeiro semestre em Minas

LEONARDO MORAIS

Minas Gerais registrou um aumento de 15,1% no cancelamento de dívidas protestadas no primeiro semestre de 2024 na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. As informações são do Instituto de Protestos de Minas Gerais (IEPTB-MG) - entidade que congrega todos os cartórios de protesto do Estado.

De acordo com o diretor-presidente do instituto, Leandro Gabriel, no acumulado dos primeiros seis meses deste ano, mais de 40 mil títulos foram cancelados. No mesmo intervalo de 2023, ele estima a extinção de 30 mil protestos no Estado.

O levantamento vai de encontro aos índices registrados no Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil, produzido pelo Serasa e mostra que a população mineira está menos endividada que a média nacional. As informações mais recentes deste ano mostram que, em Minas Gerais, o número de inadimplentes chega a 40,59%, índice inferior à média nacional, que soma 44,04%.

Um dos fatores que colaboram para este cenário, segundo Gabriel, é o movimento de "limpar o nome. "O levantamento realizado trouxe alguns dados interessantes e tivemos uma grata surpresa de um índice de inadimplência quase 5% menor que a média nacional", destaca.

Inovações - O diretor-presidente da entidade ressalta que a realização de alterações legislativas positivas no Estado, além de um cenário macroeconômico favorável, contribuíram significativamente para esse resultado. Entre as mudanças citadas, está viabilização de um desconto de 50% em taxas e custos cartoriais sobre dívidas acumuladas a partir da pandemia (entre 2020 e 2023).

"Tivemos também uma alteração permanente no Estado e todas as pessoas físicas vinculadas ao CadÚnico terão um desconto nas dívidas de 30% e 35% em taxas judiciárias dos custos levados a protesto", complementa Leandro Gabriel. Para ele, a medida é relevante já que a população mais endividada se enquadra no ticket médio entre R$ 700 e R$ 800 em dívida, que geralmente são de pessoas vinculadas ao programa.

O conjunto de ações, consideradas positivas pela entidade, resultou em mais de 10 mil cancelamentos em média por mês. "Grande parte das pessoas luta para manter o nome limpo, porque quando uma dívida é protestada o registro público da inadimplência pode acarretar a inclusão do devedor em órgãos de proteção ao crédito, como a Serasa, e restrições de crédito no futuro", acrescenta.

Já em relação aos fatores macroeconômicos, o diretor-presidente cita projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, além da atração de uma série de investimentos a nível estadual. "Com essas inovações legislativas no âmbito federal, vamos contribuir ainda mais que essa inadimplência possa seguir caindo", argumenta.

No primeiro semestre, mais de 40 mil títulos protestados foram cancelados em Minas Gerais, segundo o IEPTB-MG FOTO: MARURICIO SUMIYA / ADOBESTOCK

Expectativa - Embora nem toda inadimplência esteja vinculada aos cartórios de protesto, Leandro Gabriel estima que em nível geral, as dívidas da população no Estado devem ter reduzido em torno de 5%. O valor médio de cada dívida, segundo o Serasa, está entre R$ 1.445,50 e R$ 5.445,31 por pessoa, e os principais segmentos listados em débitos são bancos/cartão de crédito (29,07%) e *utilities* (22,13%), como contas de água, luz e gás.

Para o segundo semestre, a expectativa do IEPTB-MG é que o índice de inadimplência possa continuar idêntico ou melhorar de 2% a 3%.

> **"Tivemos também uma alteração permanente no Estado e todas as pessoas físicas vinculadas ao CadÚnico terão um desconto nas dívidas de 30% e 35% em taxas judiciárias dos custos levados a protesto"**
> Leandro Gabriel

Endividamento das famílias aumentou na Capital

O endividamento das famílias em Belo Horizonte voltou a crescer após quatro meses de queda. Em julho, 90,3% dos consumidores estavam com a renda comprometida na capital mineira.

Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Inteligência da Fecomércio MG com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com a entidade a pesquisa aponta um crescimento generalizado do comprometimento financeiro das famílias belo-horizontinas no mês de julho.O principal destaque da pesquisa referente ao mês de julho é o crescimento do número de famílias com contas em atraso. Em julho, 54% dos consumidores belo-horizontinos estavam com algum tipo de compromisso financeiro em atraso, um aumento de 0,8 ponto percentual na comparação com junho.

O cartão de crédito continua sendo o principal responsável pelo endividamento, com 91,2% dos consumidores assumindo compromissos nessa modalidade.

A economista da Fecomércio MG, Gabriela Martins, destaca que os resultados observados neste mês são preocupantes. "O nível de endividamento das famílias voltou a subir na capital mineira após quatro meses de queda. Apesar disso, a nossa maior preocupação se encontra entre as famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Em julho, 21% dos belo-horizontinos se encontram nesta situação, maior patamar da nossa série histórica (iniciada em 2014). Esse cenário implica diretamente no nível de consumo das famílias, fazendo com que elas tenham menor acesso ao crédito e, consequentemente, reduzam sua demanda por produtos e serviços", explica.

A pesquisa também revela que a inadimplência é mais acentuada entre as famílias com renda mais baixa. Além disso, o tempo médio de comprometimento da renda dos consumidores endividados é de 8 meses, indicando que a situação financeira de muitas famílias está comprometida a longo prazo.

INFLAÇÃO

IPCA perde força na segunda prévia em BH

A inflação em Belo Horizonte apresentou uma desaceleração na segunda prévia semanal de agosto de 2024, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrando alta de 0,35%. Este valor representa uma redução em relação à quadrissemana anterior, quando o índice havia subido 0,56%. No acumulado do ano, o IPCA da capital mineira já registra um aumento de 5,97%, e a alta nos últimos 12 meses chega a 8,04%.

Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead).

O grupo Alimentação foi um dos principais responsáveis por conter a alta do índice na quadrissemana, apresentando uma queda de 0,84% no custo médio. Esse recuo foi mais acentuado do que na prévia anterior, quando a queda foi de 0,69%. Tanto a alimentação dentro da residência quanto a fora da residência contribuíram para essa retração.

Preço da batata-inglesa apresentou queda de 21,97% na segunda semana de agosto, aponta Ipead FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Dentro de casa, o subgrupo Alimentação na residência registrou uma queda de 0,73%, mantendo a tendência de redução observada na quadrissemana anterior, que foi de 1,05%. Um dos principais itens que puxou essa queda foi alimentos *in natura*, com uma redução significativa de 5,04%, após já ter caído 7,99% na quadrissemana anterior. Por outro lado, os alimentos industrializados foram os únicos a apresentar alta, com um aumento de 0,26%.

Já fora de casa, o subgrupo Alimentação fora da residência também contribuiu para a contenção da inflação. O item alimentação em restaurante registrou queda de 0,73%, intensificando a leve queda de 0,01% observada na prévia anterior. Além disso, as bebidas em bares e restaurantes apresentaram uma nova queda de 3,55%, um ritmo ainda mais acelerado do que o da quadrissemana anterior, quando a redução foi de 2,98%.

Por outro lado, o grupo Produtos não alimentares registrou uma variação positiva de 0,61% nos preços, embora tenha desacelerado em comparação com a prévia semanal anterior, que foi de 0,83%. Dentro desse grupo, o subgrupo Produtos administrados destacou-se com uma alta de 1,94%, seguido por Habitação, que teve um aumento de 1,27%. A única exceção foi o subgrupo Pessoais, que apresentou a primeira redução (-0,21%) após sucessivas altas.

Entre os produtos e serviços que mais contribuíram para a elevação da inflação, destacam-se o pacote de assinatura de telefonia fixa e internet, com uma alta de 11,14%, seguido pela assinatura de telefonia fixa (7,81%) e gasolina comum (6,66%).

Em termos de impacto no IPCA, a gasolina comum foi o item que mais pressionou o índice, contribuindo com 0,28 pontos percentuais (p.p.).

No sentido oposto, alguns itens ajudaram a conter o avanço do índice, como a batata inglesa, que teve uma queda expressiva de 21,97%, e bijuterias, que caíram 14,48%. No entanto, os principais itens que reduziram a inflação foram excursões (-0,06 p.p.), batata inglesa (-0,05 p.p.) e refeição fora de casa (-0,04 p.p.).

LEGISLAÇÃO

Ministro da Fazenda nega que a revisão do BPC seja corte de despesas sociais

BENEFÍCIOS Medida é considerada essencial para reduzir os gastos do governo em 2025

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a revisão de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e criticou quem chama a medida de corte de gasto social. "Estamos fazendo ajuste no BPC agora de corrigir distorções. Isso não pode ser chamado de corte", disse o ministro no Macro Day, evento do banco BTG Pactual.

"Não é para prejudicar quem precisa do Estado, mas para adequar o programa aos seus reais objetivos e garantir que não tenha repercussão negativa no mercado de trabalho. Não podemos correr risco de tirar do mercado quem pode trabalhar", ressaltou.

A revisão de gastos com o BPC é uma das principais medidas para garantir o corte de gastos de R$ 25,9 bilhões prometido pelo governo para 2025. De acordo com integrantes do governo, cerca de R$ 10 bilhões do corte de gastos estão ligados às mudanças legais, enquanto o restante pode ser executado sem passar pelo Legislativo.

Haddad apontou que antes o controle de condicionalidade do Bolsa Família era feito trimestralmente. "Se perdeu um pouco disso, é herança desse processo caótico que vivemos de indisciplina, de não cuidar das coisas", afirmou.

"Quando digo isso, tem gente que diz que é ortodoxia. Isso não tem nada a ver com escola econômica. Ninguém pode ser contra ter programa consistente e transparente e que tem condições de elegibilidade verificadas mês a mês", assinalou.

O ministro abordou ainda outro assunto essencial para a meta de déficit zero nas contas públicas, a compensação pela desoneração da folha de pagamento de diversos setores da economia.

"Tudo me leva a crer que o relatório do senador Jaques Wagner (com a compensação) vai ser apresentado e aprovado e vamos colocar para dentro recurso que já deveria estar em caixa", afirmou.

Haddad afirmou que o governo federal vai corrigir distorções por meio de um ajuste na concessão do BPC FOTO: ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL

LRF - Para Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu um "risco político sem precedentes" ao vetar o projeto aprovado pelo Congresso, enviar uma medida provisória (MP) impedindo os efeitos da derrubada do veto e depois buscando uma solução no Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, houve uma mudança de governança ao se cobrar respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também por parte do Legislativo, acrescentou.

Um pouco depois, questionado sobre o compromisso do governo com a meta fiscal, Haddad respondeu que ela está fixada em lei. "Se todo mundo fizer o que está determinado ou pela lei ou pela Justiça, vamos transitar numa boa em 2024, 2025 e 2026", opinou.

O ministro destacou os índices de crescimento econômico do Brasil e apontou que esse "crescimento inspira cuidados". "A partir da aproximação do pleno emprego, da utilização da capacidade instalada, tem que sopesar variáveis para que crescimento seja sustentável, contínuo", disse. **(Lucas Marchesini/Folhapress)**

> **"Não é para prejudicar quem precisa do Estado, mas para adequar o programa aos seus reais objetivos e garantir que não tenha repercussão negativa no mercado de trabalho"**
>
> Fernando Haddad

PARTILHA DE BENS

CNJ decide ampliar inventário extrajudicial

Brasília - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem, por unanimidade, a realização de inventário e partilha de bens por via administrativa, em cartórios, mesmo nos casos da presença de menores incapazes entre os herdeiros. O CNJ vem ampliando as possibilidades de realização de inventário sem a necessidade de se abrir uma ação judicial, caminho mais caro e demorado, por meio do registro da partilha amigável de bens em cartório, via escritura pública, procedimento mais rápido e barato.

Com a medida agora aprovada pelo CNJ, basta que haja consenso entre os herdeiros para que a partilha extrajudicial possa ser registrada em cartório. No caso de menores incapazes, a resolução sobre o assunto determina que o procedimento extrajudicial pode ser feito desde que lhe seja garantida a parte ideal de cada bem ao qual o incapaz tiver direito.

Antes, a partilha por via extrajudicial somente era possível se o herdeiro menor fosse emancipado, isto é, tivesse adiantada a sua declaração como legalmente capaz. Essa necessidade agora fica afastada, e o inventário por meio de escritura pública se torna possível em qualquer configuração. Desse modo, um juiz precisará ser acionado somente em caso de disputa na divisão dos bens.

Pela regra aprovada ontem, se houver herdeiro menor incapaz, os cartórios deverão remeter a escritura pública de inventário ao Ministério Público, que deverá dar parecer favorável ou desfavorável. Somente se o MP considerar a divisão injusta com o menor em questão, deve-se submeter o caso a um juiz.

A nova medida havia sido primeira proposta pelo conselheiro Marcos Vinícius Jardim, que encerrou seu mandato em 10 de maio. A proposta foi depois encampada pelo corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, e pelo presidente do CNJ, Luis Roberto Barroso. "Por certo o Judiciário não aguenta, além dos 80 milhões de processos que já tem, ainda mais os inventários e partilhas envolvendo menores", disse o conselheiro João Paulo Schoucair. **(ABr)**

O conselheiro João Paulo Schoucair argumentou que, com 80 milhões de processos, o Judiciário precisar ser desafogado FOTO: LUIZ SILVEIRA / AGÊNCIA CNJ

DIREITO PARA PEQUENOS NEGÓCIOS

CONRADO DI MAMBRO OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG

As "gueltas" na visão da Justiça do Trabalho

Quando um empregado é admitido em uma determinada empresa, as partes celebram um contrato de trabalho e ajustam, entre outras condições, o salário que será devido ao trabalhador como contraprestação pelo trabalho que será prestado em favor do empreendimento.

Entretanto, na dinâmica empresarial, várias formas de incentivos e bonificações surgiram ao longo do tempo, tendo especial relevo a parcela intitulada "guelta", cujos conceito e natureza jurídica serão analisados neste artigo.

As "gueltas" são consideradas incentivos concedidos ao trabalhador, por um terceiro na relação de emprego, como forma de prestigiar o empregado por seu desempenho e incentivá-lo na comercialização de determinado produto.

Como exemplo, o professor Sérgio Pinto Martins menciona "uma empresa que produz eletrodomésticos ou lubrificantes paga ao empregado de uma revendedora prêmios pela venda de seus produtos e não pela dos concorrentes". (Direito do Trabalho, 23ª ed. – São Paulo: Atlas, 2007, p. 260).

Contudo, a despeito de tal parcela não ter sido contratada diretamente entre empregado e empregador - que, às vezes, sequer participa ou tem conhecimento do referido procedimento -, e ainda que o citado pagamento seja feito por um terceiro, estranho à relação de emprego, por mera liberalidade desse, sem qualquer obrigação legal ou contratual, a Justiça do Trabalho, de forma reiterada, tem atribuído natureza salarial às "gueltas", determinando sua integração à remuneração do profissional, conforme bem ilustra o precedente abaixo, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho:

"Gueltas. Natureza jurídica. Integração à remuneração. As gueltas, incentivos comerciais pagos pelo fornecedor/produtor com a finalidade de aumentar a venda de seus produtos durante o contrato de trabalho, se equiparam às gorjetas e, tendo sido pagas com habitualidade, integram à remuneração, conforme aplicação analógica da Súmula nº 354/TST. Decisão regional em conformidade com a jurisprudência pacífica da Corte. Recurso de revista não conhecido". (RR-1141-51.2012.5.20.0002; Julgamento: 08/03/2017; Relator: ministro Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 10-3-2017).

Portanto, como se vê, a posição que prevalece na jurisprudência trabalhista consagra a tese de que as "gueltas" possuem feição salarial e, por isso, integram à remuneração do trabalhador.

Dessa forma, considerando o entendimento formado nos tribunais do País, a prática do pagamento de "gueltas" aos empregados, ainda que feito por terceiros, representa riscos jurídico e econômico ao empregador, que pode se deparar com um passivo trabalhista em eventual discussão do tema perante o Poder Judiciário.

FINANÇAS

FINANÇAS EM FOCO

PAOLA CARVALHO

Jornalista especializada em economia e finanças pessoais

Fintech no palco: dinheiro digital no centro dos eventos de inovação

A área financeira tem tomado espaço importante nos eventos de inovação que acontecem pelo Brasil. Neste mês de agosto, lideranças de *startups* de tecnologia financeira, conhecidas como "*fintechs*", subiram ao palco, por exemplo, do HackTown, em Santa Rita do Sapucaí (Sul de Minas), e do Rio Innovation Week, na capital fluminense. Não foi surpresa, uma vez que o número de *fintechs* mais do que quadruplicou nos últimos seis anos na América Latina, passando de 703 em 2017 para 3.069 em 2023, segundo recente relatório divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Finnovista, uma empresa de desenvolvimento de *fintechs*.

O Brasil lidera a região em número de *fintechs*, representando pouco menos de um quarto, seguido pelo México (20%), Colômbia (13%) e Argentina (10%) e Chile (10%). Os números refletem uma tendência crescente de digitalização e uma diminuição do uso de dinheiro físico, com o Brasil se posicionando na vanguarda da inovação em pagamentos digitais. De acordo com o estudo Consumer Pulse de 2023, mais da metade dos brasileiros (54%) reportaram já ter possuído um cartão de crédito de uma *fintech*.

A fundadora e conselheira da Me Poupe!, a influenciadora Nath Arcuri, participou do debate "Talk'n Tunes: Explorando as novas regras do jogo", que lotou o espaço da cidade do interior de Minas, e também do painel "O futuro do dinheiro: como a inovação está mudando o mercado financeiro e os impactos na América Latina", no Rio Innovation Week.

Uma mensagem que ficou é que a expansão do mercado das *fintechs* também passa por educação financeira. Quanto mais se sabe sobre finanças pessoais, quanto mais se entende o mercado financeiro, mais o brasileiro estará seguro para mudar seu comportamento de consumo e tomada de crédito.

Os tomadores de crédito, vale destacar, estão entre os que mais tornam esse mercado potente. Após desaceleração em 2022, com a alta de juros, em 2023 o volume de crédito concedido pelas *fintechs* subiu 52%, atingindo R$ 21,1 bilhões, segundo pesquisa da PwC e da Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD). O estudo mostrou ainda que as *startups* do setor financeiro ultrapassaram 53 milhões de clientes.

A proporção de *fintechs* consolidadas (com faturamento ou investimento acima de R$ 20 milhões) cresceu dez pontos percentuais, representando agora 58% das pesquisadas. Quase metade (46%) já tem licença do Banco Central para operar como Sociedade de Crédito Direto (SCD) ou Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), ante 11% em 2019. %

Governo prepara ajustes tributários no mercado

% INSTRUMENTOS FINANCEIROS Projeto de lei deverá ser enviado ao Congresso neste semestre, afirma o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda

São Paulo - O governo federal quer enviar ao Congresso Nacional ainda neste semestre um projeto de lei que fará ajustes tributários em instrumentos financeiros, disse ontem o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, ressaltando que o texto não trará surpresas e deve tramitar sem problemas no Legislativo.

Em evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo, o secretário ponderou que o projeto foi construído em conjunto com o setor privado e não muda alíquotas de tributos para o setor, mas procura resolver ineficiências do sistema. "Por exemplo, *hedge* no exterior é muito difícil no Brasil, tributação de ETF gera muitas dúvidas, aluguel de ações é outro tema que causa controvérsias", citou o secretário.

"É um projeto de lei que pacifica diversos desses problemas e evita que a gente tenha incertezas e que o mercado não se desenvolva por conta de dúvidas tributárias", disse Marcos Pinto.

A Reuters informou em abril que o governo preparava o projeto para ajustar regras tributárias de aplicações financeiras, com medidas como regulamentação da taxação de criptoativos, simplificação de exigências para operações com ações, redução de imposto sobre "*day trade*" e fechamento de brechas de paraísos fiscais.

Marco Pinto explicou que o projeto foi elaborado em conjunto com o setor privado e não muda alíquotas de tributos, mas busca resolver ineficiências do sistema FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

> **"É um projeto de lei que pacifica diversos desses problemas e evita que a gente tenha incertezas e que o mercado não se desenvolva por conta de dúvidas tributárias"**
> Marcos Pinto

Juros - O secretário afirmou ainda que ninguém está confortável com o nível da taxa básica de juros, mas o país observa uma melhora no *spread* bancário em meio a reformas microeconômicas implementadas pelo governo.

Pinto destacou que o *spread*, diferença entre o custo de captação de recursos pelos bancos e a taxa final cobrada dos clientes, caiu 3,4 pontos percentuais em 12 meses até junho.

Entre as iniciativas que colaboraram para essa melhora, ele citou o novo marco de garantias, sancionado no fim de 2023, que autorizou a adoção de medidas extrajudiciais para a recuperação de créditos, além de permitir que um imóvel seja usado como garantia para mais de uma dívida.

O secretário afirmou que ainda é possível baixar o *spread*, atualmente em 18,3 pontos percentuais, ao se focar na redução da inadimplência e no corte do custo administrativo dos bancos, que "ainda é muito alto".

Pinto também defendeu a aprovação de um novo marco para os seguros, setor que "tem uma revolução a ser feita". O texto foi aprovado pela Câmara, sofreu alterações no Senado e agora depende de nova análise dos deputados. **(Reuters)** %

% TAXA SELIC

Campos Neto reforça cautela do Copom

São Paulo - A mensagem transmitida pelo Banco Central (BC) não mudou desde a reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) e a autarquia atuará com cautela após análise de dados, podendo subir os juros básicos se necessário, disse ontem o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Em evento promovido pelo BTG, em São Paulo, Campos Neto ponderou que o cenário externo está em situação melhor após período de forte volatilidade, mas reafirmou que a desancoragem das expectativas do mercado para a inflação no Brasil "incomoda muito".

"Se precisar subir os juros, a gente vai subir os juros, a gente decidiu não dar um '*guidance*' (orientação), entendemos que o Banco Central vai estar '*data dependent*'", disse, pontuando que a autarquia não vai "olhar tanto" para ruídos e volatilidades momentâneas.

"Não mudou nada (na mensagem do BC), de lá para cá a gente teve um pouquinho de dados mais fortes no local, uma volatilidade grande lá fora, com um cenário que eu acho que hoje lá fora está melhor do que estava antes, ressaltou.

Entre os fatores de melhora no ambiente externo, ele avaliou que prevalece hoje uma previsão de que os Estados Unidos passarão por um pouso suave ou uma "desaceleração organizada" da economia.

Na reunião de julho, o Copom manteve a taxa Selic em 10,50% ao ano e incorporou em seu cenário a possibilidade de voltar a elevar os juros se necessário para levar a inflação à meta de 3%.

Após a decisão, ganharam força no mercado apostas de elevação da Selic à frente. O próximo encontro do Copom ocorrerá em setembro.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto,aponta uma melhoria no cenário externo FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA SENADO

Na apresentação, Campos Neto afirmou que existia no País uma percepção errada sobre como seria a condução da política monetária no futuro, em meio às trocas de membros da diretoria.

Para ele, após a reunião do Copom de maio, que mostrou divergência entre diretores indicados pelo atual governo e membros mais antigos, o BC está agora em um processo de construção de credibilidade, mostrando que a diretoria tem espírito de equipe e toma decisões técnicas.

"Parte do prêmio (de risco) ter caído foi por passarmos (a mensagem de) que existe essa organização, e que o Banco Central vai continuar, vai sempre perseguir a meta, vai subir os juros se for preciso, independente de eu estar no BC ou não", afirmou.

Desaceleração fiscal - Em relação ao orçamento do governo, Campos Neto afirmou que com a vigência do novo arcabouço para as contas públicas o Brasil tem uma desaceleração fiscal "encomendada" e isso tem efeito no crescimento econômico e nas expectativas.

Ele acrescentou que começou a haver nos mercados uma percepção mais sincronizada de que haverá um processo de melhora fiscal no mundo.

Campos Neto ainda reafirmou que não quer continuar atuando na esfera pública após o encerramento do seu mandato no fim deste ano, demonstrando interesse em retornar ao setor privado nas áreas de finanças e tecnologia. **(Reuters)** %

Ibovespa supera 136 mil pontos

MERCADO Apesar de o volume ter ficado abaixo da média diária do mês, marca é atingida pela 1ª vez na história

São Paulo - O Ibovespa renovou ontem máximas históricas, fechando acima dos 136 mil pontos pela primeira vez na sua história, com Braskem e Weg entre os destaques positivos, mas o volume ficou bem abaixo da média diária do mês.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,23%, para 136.087,41 pontos, chegando a 136.329,79 pontos no melhor momento. O volume financeiro no pregão somou apenas R$ 21,23 bilhões, de uma média diária de R$ 29,55 bilhões em agosto.

Na mínima, o Ibovespa recuou a 135.311,68 pontos, reflexo de movimentos de realização de lucros e ajustes, uma vez que no mês já contabiliza um ganho de 6,61%.

Parte relevante desse avanço reflete o fluxo positivo de capital externo para as ações brasileiras diante da perspectiva de que o Federal Reserve começará a cortar os juros nos Estados Unidos em setembro, em um ambiente econômico saudável.

Dados da B3 mostram uma entrada líquida de R$ 6,4 bilhões em agosto até o dia 16.

Na expectativa da decisão do Fed que será conhecida em 18 de setembro, agentes financeiros devem buscar em discurso do *chair* Jerome Powell na próxima sexta-feira novos sinais sobre os planos da autoridade monetária norte-americana.

Investidores também acompanharam declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em um momento no qual crescem as análises de que a autoridade monetária pode precisar elevar a Selic neste ano.

Campos Neto afirmou que a mensagem transmitida pelo BC não mudou desde a reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) e a autarquia atuará com cautela após análise de dados, podendo subir os juros básicos se necessário. Mas ponderou que o cenário externo está em situação melhor após período de forte volatilidade.

O Ibovespa fechou o pregão com alta de 0,23%, refletindo o fluxo positivo de capital estrangeiro para as ações brasileiras FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

De acordo com o *advisor* e sócio da Blue3 Willian Queiroz, foi um dia volátil para o Ibovespa, tocando o território negativo com investidores embolsando ganhos, mas retomando o sinal de alta, a despeito da fraqueza de Wall Street.

Dólar - O dólar à vista subiu ontem mais de 1% e se reaproximou dos R$ 5,50, em um dia marcado pela busca global por ativos mais seguros, por ajustes técnicos no Brasil e por declarações consideradas mais brandas do presidente do BC, Roberto Campos Neto, sobre a política monetária. A moeda norte-americana à vista fechou em alta de 1,34%, cotada a R$ 5,4862. Em agosto, no entanto, a divisa acumula queda de 3%.

O dólar avançou ante o real durante toda a sessão, influenciado por um conjunto de fatores. "É o voo para a qualidade", resumiu o diretor da Correparti Corretora, Jefferson Rugik, pontuando que os investidores se mostraram mais cautelosos antes da agenda do restante da semana, que tem a divulgação hoje da ata do último encontro do Federal Reserve e o discurso do *chair* do Fed, Jerome Powell, na próxima sexta-feira.

De acordo com Diego Costa, *head* de câmbio da B&T Câmbio, o mercado estará atento em especial às palavras de Powell, em busca de pistas sobre o futuro dos juros nos EUA. "O dólar se recuperou, voltando a se aproximar dos R$ 5,50, em um movimento que não se restringiu ao real, mas se estendeu a outras moedas de mercados emergentes", disse Costa em comentário enviado a clientes. "Esse fortalecimento da moeda norte-americana reflete um movimento mais amplo de aversão ao risco, e é parcialmente impulsionado pelas incertezas em torno das próximas decisões de política monetária nos Estados Unidos", avaliou. **(Reuters)**

> **"O dólar se recuperou, voltando a se aproximar dos R$ 5,50, em um movimento que não se restringiu ao real, mas se estendeu a outras moedas de mercados emergentes"**
> Diego Costa

Indicadores Econômicos

Dólar

		20/08/2024	19/08/2024	14/08/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4840	R$ 5,4110	R$ 5,4680
	VENDA	R$ 5,4850	R$ 5,4110	R$ 5,4690
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,4541	R$ 5,4231	R$ 5,4496
	VENDA	R$ 5,4547	R$ 5,4237	R$ 5,4502
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5130	R$ 5,4290	R$ 5,5000
	VENDA	R$ 5,6930	R$ 5,6090	R$ 5,6800

Fonte: BC

Ouro

	20/08/2024	19/08/2024	14/08/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.513,93	US$ 2.504,11	US$ 2.448,14
BM&F-SP (g)	R$ 439,84	R$ 436,64	R$ 428,09

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50

Reservas Internacionais

16/08 .... US$ 366.858 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Inflação

Índices	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	5,64%	7,80%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08
UPC (R$)	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,778	0,7951
COLON/COSTA RICA	35	0,3485	0,3508
COLON/EL SALVADOR	40	0,01046	0,01059
COROA DINAMARQUESA	55	0,8117	0,8119
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03977	0,03988
COROA NORUEGUESA	65	0,5191	0,5193
COROA SUECA	70	0,5325	0,5327
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4847	1,4852
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6761	3,677
DOLAR/BAHAMAS	155	5,4541	5,4547
DOLAR CANADENSE	165	4,001	4,0017
DOLAR DA GUIANA	170	0,02592	0,02623
DOLAR CAYMAN	190	6,5319	6,6118
DOLAR CINGAPURA	195	4,1733	4,1763
DOLAR HONG KONG	205	0,7002	0,7003
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,799	0,8095
DOLAR DOS EUA	220	5,4541	5,4547
FORINT/HUNGRIA	345	0,0154	0,01541
FRANCO SUICO	425	6,359	6,3604
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007189	0,0007204
IENE	470	0,03743	0,03744
LIBRA/EGITO	535	0,1114	0,1117
LIBRA ESTERLINA	540	7,104	7,1064
LIBRA/LIBANO	560	0,0000609	0,0000609
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004194	0,0004196
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1707	0,1708
NOVO SOL/PERU	660	1,4559	1,4566
PESO ARGENTINO	665	0,06509	0,06514
PESO CHILE	715	0,005905	0,00591
PESO/COLOMBIA	720	0,001359	0,00136
PESO/CUBA	725	0,2273	0,2273
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09104	0,09178
PESO/FILIPINAS	735	0,0964	0,09644
PESO/MEXICO	741	0,2885	0,2888
PESO/URUGUAIO	745	0,1354	0,1356
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7028	0,7058
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002589	0,002605
RENMINBI HONG KONG	796	0,7649	0,765
RIAL/CATAR	800	1,4953	1,4963
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4535	1,4538
RINGGIT/MALASIA	828	1,2452	1,2468
RUBLO/RUSSIA	830	0,05967	0,05968
RUPIA/INDIA	860	0,0651	0,06515
WON COREIA SUL	930	0,004093	0,004096
EURO	978	6,0568	6,0585

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

07/08	0,01365297	3,04736086
08/08	0,01365297	3,04736086
09/08	0,01365340	3,04745588
10/08	0,01365397	3,04758326
11/08	0,01365452	3,04770553
12/08	0,01365512	3,04783887
13/08	0,01365539	3,04789967
14/08	0,01365539	3,04789967
15/08	0,01365539	3,04789967
16/08	0,01365582	3,04799543
17/08	0,01365639	3,04812311
18/08	0,01365696	3,04825052
19/08	0,01365754	3,04838015
20/08	0,01365781	3,04843943
21/08	0,01365781	3,04843943

Fonte: Fenaseg

TBF

11/08 a 11/09	0,8082
12/08 a 12/09	0,8451
13/08 a 13/09	0,8451
14/08 a 14/09	0,8445
15/08 a 15/09	0,8085
16/08 a 16/09	0,7729

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

TR/Poupança

14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	19/08 a 19/09	0,0759	0,5763

Agenda Federal

sage

Dia 21

DCTF - Mensal - Entrega das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), com informações relativas os fatos geradores ocorridos no mês de junho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 9º, caput).
Nota:
A DCTFWeb substituiu a DCTF como instrumento de confissão de dívida e de constituição de créditos tributários relativos (Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, arts. 19-A e 19-B):
a) ao IRRF decorrentes da relação de trabalho, apurados por meio do eSocial, para fatos geradores ocorridos desde maio/2023;
b) aos seguintes créditos tributários, captados da EFD Reinf, cujos fatos geradores ocorrerem a partir do mês de janeiro de 2024:
b.1) IRRF, não decorrentes da relação do trabalho, observado o disposto no artigo 19-B; e
b.2) IRPJ, CSL, contribuição para o PIS-Pasep e Cofins a retidos na fonte de que tratam os arts. 30, 33 e 34 da Lei nº 10.833/2003, o § 3º do art. 3º da Lei nº 10.485/2002.
Internet

Dia 23

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de julho/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de julho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de julho/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123.
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.08.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;

VARIEDADES

Travel Next Minas: estimativa de R$ 104 milhões em negócios

Travel Next Minas - Meu Negócio é Carnaval, realizada no Expominas, encerrou com recorde de público FOTO: LEO BICALHO / SECULT-MG

A Travel Next Minas – Meu Negócio é Carnaval, realizada no Expominas, em Belo Horizonte, encerrou com recorde de público e um saldo de R$ 104 milhões estimados em conversão de vendas. Desse montante, R$ 44 milhões foram gerados apenas na rodada de negócios entre compradores nacionais e representantes do Carnaval de Minas Gerais, promovida pelo Sebrae Minas em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG).

O valor representa um crescimento de 160% no volume de negócios em relação a 2023, quando o cálculo foi de R$ 40 milhões. Além disso, 5.123 pessoas passaram pelo Expominas, em Belo Horizonte, nos dois dias da feira nacional de turismo, que foi até sábado (17). O número é 46% maior do que o da primeira edição realizada no ano passado. Minas ainda recebeu o prêmio Destino Inovador, pelo uso de inteligência artificial como forma de entreter e engajar agentes de viagens e o *trade* turístico.

Para o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas de Oliveira, o rápido crescimento entre as duas edições da Travel Next casa com a liderança de Minas Gerais, há dois anos, no aumento da atividade turística no Brasil. "Superamos todas as marcas em relação à primeira edição. Tivemos 22 operadoras este ano, o dobro de 2023, um público 46% maior e 60% a mais de volume de negócios. Esses números deixam claro a credibilidade do turismo e da cultura de Minas Gerais", avaliou o secretário.

A diretora e idealizadora da Travel Next Minas, Rubia Coser, aproveitou o sucesso do evento para já anunciar a edição 2025. "Agosto é o nosso mês. A Travel Next de 2025 já é uma realidade para este mês, já está no forno", antecipou, destacando os participantes internacionais na feira, como Washington DC (EUA), Curaçao e Peru.

Cozinha mineira – No estande Minas Gerais, foram realizadas 12 cozinhas vivas e servidas 4 mil porções de quitutes para os visitantes da Travel Next. No Dia Nacional do Pão de Queijo, que coincidiu com o encerramento, foram oferecidos 1,5 mil desse produto tão mineiro.

Entre as degustações servidas no local estavam a sobremesa mais tradicional de Lagoa Dourada, o rocambole, feito pela *chef* Heloisa Andrade, e a broa cremosa de fubá com queijo Minas, preparada pela *chef* Mariana Corrêa. Cachaças, vinhos e outros quitutes também fizeram a festa do paladar dos visitantes.

> **"Tivemos 22 operadoras este ano, o dobro de 2023, um público 46% maior e 60% a mais em volume de negócios"**
> Leônidas de Oliveira

Meu negócio é Carnaval - O grande destaque da edição da Travel Next Minas 2024 foi o Carnaval. Houve uma bem-sucedida rodada de negócios realizada pelo Sebrae, em parceria com a Secult-MG. Participaram 30 escolas de samba, ligas e blocos caricatos com 13 fornecedores, entre agências de publicidade, produtores de eventos e organizadores de eventos.

Na feira, também foi lançado o primeiro edital do Carnaval da Liberdade 2025 da Cemig. A seleção destinará R$ 4 milhões para projetos ligados ao pré-Carnaval, estimulando a geração de emprego e renda ligado à folia durante o ano. **(Agência Minas)**

Os Gilsons: "frescor" da MPB na Capital

Os Gilsons, formado por José Gil, Francisco Gil e João Gil, respectivamente filho e netos de Gilberto Gil, desembarcam em Belo Horizonte com a sessão final da tour "Pra Gente Acordar", que celebra o primeiro álbum de estúdio e o projeto que consolidou o grupo no cenário musical. Ele rendeu indicações ao Grammy Latino, Prêmio Multishow e Prêmio da Música Brasileira. A apresentação será neste sábado (24), no BeFly Hall (av. Nossa Sra. do Carmo, 230 – Savassi).

A releitura de "Várias Queixas", primeiro single lançado pelos Gilsons, já deu a dimensão de onde esse grupo poderia chegar. Ali, já existia um frescor com gosto de Bahia e uma energia leve, autêntica e especial no som. A faixa já tem cerca de 150 milhões de plays só no Spotify e deu nome ao primeiro EP da banda, que já começava a escrever seu nome na cena musical contemporânea brasileira.

O álbum "Pra Gente Acordar" (2022) veio para firmar de vez os Gilsons. O grupo ultrapassou a marca de 3 milhões de ouvintes mensais no Spotify e comprovou que sabe fazer o som da MPB ganhar ares pop e contemporâneo, sempre com muito capricho. Além do sucesso no mundo digital, o trio foi atração dos mais importantes festivais no País como Rock in Rio, Lollapalooza, Coala e Rock the Mountain. Ao longo dos últimos anos, foram 88 shows em 25 festivais.

Após o lançamento de seu último *single* "Me Liga" em parceria com Murilo Chester, os Gilsons celebram os caminhos abertos pelo seu primeiro disco em uma turnê especial que já conta com quase trinta shows entre Brasil, Estados Unidos e Canadá.

No show, o trio traz Jota.pê para uma participação especial. Paulistano, violonista e compositor, o cantor vem ganhando destaque no cenário da MPB. A música "Feito a Maré" tem a parceria entre Gilsons e Jota.pê.

Os ingressos estão disponíveis pelo site da Eventim (*eventim.com.br*) a partir de R$ 80 (inteira)

Trio é formado por filho e netos do ícone da música Gilberto Gil e renova MPB com ares pop e contemporâneo FOTO: DIVULGAÇÃO / OS GILSONS

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

"Um Jardim para Tchekhov"

Nesta sexta-feira (23), o CCBB BH vai ser palco da estreia nacional da peça "Um Jardim para Tchekhov", que reúne grandes nomes como Maria Padilha (*foto*), Georgette Fadel (que faz a direção), Pedro Brício (autor do texto original) e os atores Leonardo Medeiros, Olívia Torres, Erom Cordeiro e Iohanna Carvalho. Como uma crônica cotidiana, a peça transita entre a tensão e o riso ao narrar a história de Alma Duran, uma consagrada atriz de teatro vivida por Maria Padilha. A temporada de "Um Jardim para Tchekhov" será realizada até 16 de setembro, de sexta-feira a segunda-feira, às 19h. Aos sábados, as sessões vão contar com intérprete de Libras. Os ingressos são vendidos a R$30 (inteira) e R$15 (meia), disponíveis no site *ccbb.com.br/bh* e na bilheteria do centro cultural que integra o Circuito Liberdade.

FOTO: DIVULGAÇÃO / FILIPE COSTA

Educação e saúde na Indústria de Laticínios

Estão abertas até o dia 30 de agosto as inscrições para o Concurso Silemg de Desenho e Redação. A iniciativa do Sindicato das Indústrias de Laticínios de Minas Gerais (Silemg), que promove o conhecimento sobre o consumo e os benefícios dos produtos lácteos para a nutrição e ao mesmo tempo busca aprimorar a saúde mental e o bem-estar por meio da leitura, escrita e desenho, está alinhada a uma tendência mundial. Estudos recentes constataram que a prática da escrita cursiva pode ativar importantes circuitos neurais essenciais para o aprendizado, contribuindo significativamente para o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional das crianças. O concurso oferece prêmios para alunos e professores. Mais informações sobre o concurso em: *https://www.silemg.com.br/concurso-redacao-desenho*.

"Festival Palácio Para Todos"

O "Festival Palácio Para Todos", que acontece desta quinta-feira (22) a domingo (25), é atração no Palácio das Artes. A programação apresenta pessoas com e sem deficiência e traz música, teatro, contação de histórias, exposições de artes visuais com visitas guiadas, cinema e roda de conversa. Entre as atrações, estão espetáculos da Cia Ananda, shows de Augusta Barna com o grupo de choro do Cefart, do duo voz e violão Gabriel Cheib e Rafael Cheib, concerto em homenagem ao clube da Esquina e muito mais. A programação completa está disponível no site *www.palaciodasartes.com.br*. As atividades são gratuitas.